

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MILENA CRISTINA ALVES

**“FEITO SOCO – QUANDO O AFETO DIVIDE ESPAÇO COM O ABUSO
PSICOLÓGICO”: UMA WEB REPORTAGEM**

CURITIBA - PR

2017

MILENA CRISTINA ALVES

“FEITO SOCO – QUANDO O AFETO DIVIDE ESPAÇO COM O ABUSO
PSICOLÓGICO”: UMA WEB REPORTAGEM

Projeto de pesquisa apresentado como
requisito para aprovação na disciplina de
Trabalho de Conclusão I no curso de
Comunicação Social – habilitação Jornalismo
– da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Myrian Del Vecchio
de Lima

CURITIBA - PR

2017

RESUMO

Este memorial teórico-metodológico se propõe a refletir sobre o webjornalismo, seus conceitos e práticas, a fim de desenvolver uma web reportagem como Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. O tema que irá pautar a web reportagem será a violência psicológica praticada em relacionamentos afetivo-sexuais (tais como casamento, noivado, namoro e afins), em que um parceiro agride o outro não por meio de força física, mas por abuso psicológico. A reflexão teórica tem o objetivo de identificar as principais características do jornalismo desenvolvido para internet, principalmente em relação ao *modelo transmedia storytelling*, ou narrativa transmídia, que faz uso de diferentes recursos para apresentar um conteúdo jornalístico. A web reportagem resultante desse projeto chama-se “Feito Soco – Quando o afeto divide espaço com o abuso psicológico” e está disponível em feitosoco.wordpress.com.

Palavras-chave: Webjornalismo. Web reportagem. *Transmedia storytelling*. Narrativa transmídia. Violência psicológica. Relacionamentos abusivos.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por ter cuidado para que todos os desencontros da minha vida me levassem até aqui.

A todos os meus professores, da educação infantil à graduação, e em especial à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Myrian Del Vecchio de Lima, por pedir por excelência e me motivar a perseguir essa excelência.

A minha família, pelo suporte, torcida e confiança. E pelo mutirão de decupagem.

A minha mãe, por ser uma mulher maravilhosa e me encher de orgulho e inspiração.

A meus irmãos: Eduardo e sua proteção; Bárbara e seu sorriso contagiante; Guilherme e sua garra; Camila e sua determinação; e Lucas e seu jeito encantador de encarar a vida.

A meu pai, por ter feito sacrifícios para que eu tivesse uma educação de qualidade, que me permitiu realizar tantas coisas.

A vó Delma, tio Adir e Camila, por ter me abrigado e permitido que eu realizasse essa conquista.

A meus amigos Maria Júlia, por sua lealdade e por lutar junto comigo, e Rafael Medina, do ensino médio para a vida.

A Douglas Maia, pela companhia incrível, por todo o apoio e por ter sido fundamental nessa etapa final.

A turma de Jornalismo 2014, por tornar essa experiência muito mais divertida.

A Universidade Federal do Paraná, por ter sido um espaço de desenvolvimento profissional e pessoal.

Ao povo brasileiro, por acreditar em ensino superior público, gratuito e de qualidade e ter me proporcionado o acesso à universidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O WEBJORNALISMO E A REPORTAGEM PARA WEB	15
2.1 PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DO WEBJORNALISMO	19
2.2 NARRATIVA TRANSMÍDIA E WEB REPORTAGEM	22
3. AS VIOLÊNCIAS DO COTIDIANO	20
3.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	32
3.2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS	39
3.3 REPRESENTAÇÃO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS NA MÍDIA	42
4. “FEITO SOCO – QUANDO O AFETO DIVIDE ESPAÇO COM O ABUSO PSICOLÓGICO”: UMA WEB REPORTAGEM	45
5. CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para finalizar a graduação do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, tem como objetivo produzir uma reportagem digital de acordo com o modelo de narrativa transmídia, também conhecido como *transmedia storytelling*. Esse modelo é tido como uma evolução natural de estruturas narrativas em nossa sociedade contemporânea (CAMPALANS; RENÓ; GOSCIOLA, 2012). O *transmedia storytelling* usa diversas mídias, como texto, fotografias, infográficos, vídeos, áudios, para contar uma história, explorando as experiências sensoriais que cada uma evoca. No jornalismo, essas diferentes linguagens são pensadas para compor uma reportagem, sendo utilizadas para transmitir informações que se completam.

Transmedia storytelling é um termo que surgiu no estudo da música em 1975, com Stuart Saunders Smith usando *trans-media music* para designar uma mescla de diferentes melodias em uma única composição musical. Foi adaptado para a Comunicação em 1991, por Marsha Kinder. Por fim, Henry Jenkins difundiu o conceito de transmídia a partir 2009, caracterizando o modelo de jornalismo que faz uso de diferentes linguagens para estruturar uma narrativa (RENÓ; RENÓ, 2013, p. 56).

No contexto do jornalismo para internet, as diferentes mídias não competem entre si, como acontecia entre televisão, rádio e jornal impresso. Nesse cenário, diferentes mídias convergem e se complementam, possibilitando conteúdos com maior riqueza de recursos. Assim, o contexto atual pede por integração entre os meios, resultando em “processos e produtos, marcados pela horizontalidade nos fluxos de produção, edição, e distribuição dos conteúdos, o que resulta num continuum multimídia de cariz dinâmico” (BARBOSA, 2013, p. 33).

Na rede, o jornalista deve construir a reportagem, pensando em facilitar a interação com o público. Edo (2007) caracteriza a informação no meio digital como sendo interativa, com participação direta do leitor nos espaços de comentários ou no compartilhamento da matéria pelas redes sociais; personalizada, ao permitir que o leitor navegue livremente pelo conteúdo; multimídia, ao integrar diferentes linguagens do jornalismo, como texto, fotografia, vídeo, áudio, infográfico, em uma mesma reportagem; e preocupada com o design, não apenas por uma questão de estética, mas também para facilitar a navegação do leitor pelo conteúdo. Essas características serão norteadoras no momento de construção da reportagem pretendida por este trabalho.

O tema a ser abordado aqui, teoricamente, e na reportagem, jornalisticamente, é a violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais. Qualquer relação humana pode apresentar comportamentos de abuso. Em um relacionamento abusivo, uma das partes tem uma posição de poder e a outra, de submissão e quem exerce o poder o faz por meio de algum tipo de violência. Dentre as relações interpessoais possíveis, por exemplo, patrão e empregado, pai e filho, professor e aluno, médico e paciente, entre outras, aqui se pretende abordar, especificamente, os relacionamentos íntimos afetivos entre casais, tais como namoro, noivado e casamento e outras relações similares.

Esse tipo de relacionamento foi priorizado para ilustrar a violência psicológica por, a princípio, não possuir hierarquia (como pai e filho ou patrão e empregado) e por ser um elo que só existe pela vontade dos envolvidos. Levy e Gomes (2008) fazem uma reflexão sobre a natureza dos relacionamentos afetivo-sexuais, lembrando que, atualmente, esse tipo de relação exige certo grau de igualdade entre os parceiros, que vai se refletir em um tipo de discurso que busca “um certo grau de liberdade individual, manter as relações conjugais justificadas apenas pelo prazer e pela busca da perfeição, seja ela definida em caráter individual ou conjugal.” (LEVY; GOMES, 2008, s.p).

Os mesmos autores acentuam, citando Lemaire (2008), que os parceiros que se encontram em situações de abuso ou de violência se confrontam com dificuldades em lidar com a vida cotidiana e com traços de dependências típicas da infância. “Percebe-se claramente uma ambivalência entre o discurso social assumido pelos cônjuges e os sofrimentos revelados na clínica com casais” (LEVY; GOMES, 2008, s.p).

A violência em relacionamentos afetivo-sexuais é classificado, por especialistas, na categoria de violência intrafamiliar ou violência doméstica, que podem ser definidas, de acordo documento do Ministério da Saúde, como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (BRASIL, 2010), cometida por membro da família ou pessoa próxima do convívio familiar, com ou sem laço sanguíneo, dentro ou fora de casa.

Dada essa definição, violência praticada entre parceiros de um relacionamento afetivo-sexual é tido como violência doméstica, nesse caso também chamada de violência conjugal. Essa tipologia de agressão está prevista na legislação brasileira pela Lei nº 11.340 de sete de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que a classifica em cinco formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

De acordo com pesquisa de Rush (2000), cerca de quatro milhões de mulheres por ano são vítimas de agressão séria por parte do companheiro nos Estados Unidos. Em outra pesquisa, aplicada em diversos países com mais de três mil estudantes universitários de ambos os sexos, de 14 diferentes nacionalidades, 28,2% dos entrevistados admitiram ter praticado algum tipo de abuso físico em seus companheiros (STRAUS *et al.* 2002). A faixa etária com maior incidência de violência nos relacionamentos abusivos é entre 19 e 29 anos (BACHMAN; SALTZMAN, 1995). Um estudo realizado no Brasil com 3.200 adolescentes, oriundos de dez estados, mostrou que 86,9% dos entrevistados sofreram alguma violência de seus parceiros e 86,8% praticou algum tipo de violência, sendo violência verbal e sexual as mais frequentes (OLIVEIRA *et al.*, 2011). Mais de 50% das mulheres que participaram de uma amostra na Universidade de Oxford, em Londres, revelaram que foram vítimas de experiências sexuais indesejadas forçadas pelo parceiro, sendo que 43% dessas experiências aconteceram em relações estáveis (ABBEY *et al.* 1996). Um estudo com 5.232 casais estadunidenses revelou que a presença de abuso psicológico nos relacionamentos é de cerca de 25%, para ambos os sexos (STRAUS; SWEET, 1992).

Comportamentos abusivos no contexto das relações afetivas são muitas vezes romantizados, justificados como excesso de cuidado, proteção e zelo de um parceiro pelo outro, ou minimizados como algo inerente às relações amorosas e ao comportamento de uma das partes. Também é comum a culpabilização da vítima com a justificativa de que a violência do agressor é consequência de um mau comportamento daquele que foi agredido, ou que a vítima é culpada pelos abusos que sofre por persistir no relacionamento. Expor esses comportamentos abusivos como o que realmente são – uma violência que não deve ser tolerada – é um importante passo para que a sociedade seja conscientizada sobre o problema e que ele deixe de acontecer.

Há dados que demonstram que a violência nos relacionamentos aqui abordados é comum e frequente, e pode ter tanto homens quando mulheres no papel de vítima ou agressor, principalmente quando se trata de abusos psicológicos e agressões verbais. Ainda assim, há pesquisas e estudos que apontam para um vínculo muito forte entre violência doméstica e violência de gênero, uma vez que a estrutura machista e patriarcal da sociedade, em especial em determinados contextos socioculturais, contribui para isso (FERNANDES, 2007; SANTOS, IZUMINO, 2005; CELMEN, 2010).

Se considerarmos as altas taxas de incidência de abuso nos relacionamentos afetivos e suas possíveis consequências, a conclusão de que se trata de um assunto de

saúde e segurança pública não é leviana nem exagerada. Vítimas de abuso em seus relacionamentos íntimos utilizam mais serviços médicos, faltam mais vezes ao trabalho, exibem sintomas de estresse e depressão, estresse pós-traumático, baixa autoestima, abuso de álcool e drogas e tentativas de suicídio (RUSH, 2000).

Entre as formas de violência que podem acontecer em um relacionamento afetivo-sexual, o abuso psicológico pode ser, a princípio, um conceito difícil de delimitar. Essa dificuldade se dá porque as pessoas que se relacionam têm suas singularidades e, portanto, cada relacionamento é particular. O que é aceitável para um pode não ser aceitável para outro. Pela complexidade dos indivíduos e de suas relações interpessoais e por seu caráter imaterial, a violência psicológica é a forma mais sutil e de difícil percepção. Por outro lado, é possível identificar padrões de comportamentos nestes relacionamentos que podem ser considerados abusivos.

Pode ser considerado abuso psicológico em um relacionamento íntimo o ciúme exagerado, o sentimento de posse, as tentativas de isolar o outro do convívio com amigos e familiares, as ameaças, as formas de agressividade e manipulação, os ataques à autoestima do parceiro, e outros comportamentos em que uma das partes subjuga a outra. A naturalização destes comportamentos contribui para sua perpetuação. O agressor, muitas vezes por questões culturais aceitas por sociedades patriarcais, acha-se no direito de ter certas atitudes nocivas com seu parceiro.

A jornalista e youtuber Julia Toleno, conhecida como Joutjout, publicou um vídeo em seu canal no Youtube em 26 de fevereiro de 2015 com o título “Não tira o batom vermelho”¹, em que listava sinais de abuso em um relacionamento afetivo-sexual. Os comportamentos apontados eram: impedir o parceiro de sair com amigos e familiares; colocar o parceiro contra amigos e familiares; exigir que tire o batom vermelho; controlar as roupas do parceiro; controlar os lugares que o parceiro frequenta; impedir o parceiro de se relacionar com pessoas específicas nas redes sociais ou na vida real; colocar a culpa pelas brigas do casal no parceiro; fazer chantagem emocional; xingar o parceiro; inferiorizar o parceiro; ter vergonha do parceiro em público; coagir o parceiro por meio de ameaça, chantagem emocional, uso de força física ou de drogas para realizar o ato sexual; desmerecer as conquistas do parceiro. O vídeo teve cerca de 2,8 milhões de visualizações até o dia 31 de maio de 2017, data em que foi acessado para este trabalho, e trouxe o tema para o debate público em redes sociais. A grande

¹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg&t=274s>>. Acessado em dezembro de 2016.

repercussão do vídeo pode ser explicada pela frequência com que as pessoas se envolvem em relacionamentos abusivos e têm dificuldade de enxergar estes comportamentos como uma forma de violência, e pelo fato do assunto ainda ser pouco discutido publicamente.

A violência psicológica, por não deixar marcas físicas e visíveis, é menos denunciada do que a violência física. É negligenciada pela mídia, que geralmente só noticia casos de violência doméstica extrema, com agressões físicas ou mesmo quando a vítima morre. E é negligenciada também pela academia, que produz pouca pesquisa e estudos sobre a questão (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Assim, o objetivo deste trabalho é produzir uma reportagem transmídia para internet sobre violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais. Pretende-se abordar múltiplos ângulos do abuso psicológico, como a forma que se manifesta entre o casal e as consequências para os envolvidos e como essa violência é tratada do ponto de vista legal, entre outros aspectos pertinentes. Pela perspectiva do jornalismo, diferentes mídias serão exploradas, a fim de desenvolver uma narrativa jornalística que respeite a sensibilidade do tema.

Problematização e hipóteses

A partir do tema da violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais, pode-se perguntar, como questões a serem pesquisadas: por que os indivíduos se submetem a este tipo de abuso? Por que as pessoas são violentas em um relacionamento deste tipo? Há alguma forma de prevenir a violência psicológica? Busca-se também entender: Qual é o limite entre um relacionamento com crises e conflitos, que são inerentes às interações sociais/pessoais, e um relacionamento abusivo? E, por fim, como questões de gênero influenciam na ocorrência de violência psicológica em um relacionamento afetivo-sexual?

A partir das pesquisas bibliográficas iniciais em que este trabalho se baseia, depreende-se que o problema da violência doméstica em relacionamentos afetivo-sexuais seja tão comum por ser negligenciado em diferentes níveis. Ao partir do *pressuposto* de que a mídia só expõe a violência doméstica em casos extremos, aqueles que envolvem violência física, busca-se neste trabalho revelar, por meio de um produto jornalístico, como a violência psicológica nos relacionamentos afetivo-sexuais é um assunto grave do ponto de vista pessoal enquanto ser psicológico e afetivo, mas também

é um problema de caráter sociocultural. Da mesma forma, a falta de debate público sobre o abuso psicológico pode ser o motivo de tanto vítima quanto agressor não identificarem este abuso como uma forma de violência, de acordo com dados encontrados na pesquisa “Percepção dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher” (2008), de autoria de Instituto Avon/Data Popular.

Objetivo geral

Desenvolver uma reportagem digital para internet, seguindo a modalidade de *storytelling* (uso de recursos audiovisuais, juntamente com o texto, para contar uma história de forma mais completa e interessante), sobre violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais, de forma a dar mais visibilidade ao tema.

Objetivos específicos

- Buscar, como etapa exploratória, pesquisas e dados a respeito do tema e também sobre como o problema é tratado (ou não) na mídia.
- Recolher depoimentos de especialistas e de pessoas que estão ou já estiveram em um relacionamento afetivo-sexual em que a violência psicológica estava presente.
- Pesquisar ferramentas multimídia que podem ser aplicadas em uma reportagem digital e desenvolvê-las para atingir o objetivo geral, colocando a reportagem em suporte previamente escolhido.

Justificativa

A relevância deste trabalho está na importância do tema. A violência psicológica é a categoria mais recorrente quando ocorre a violência em relacionamentos afetivo-sexuais, a mais naturalizada e difícil de identificar.

Além disso, há pouca produção acadêmica sobre o tema na área de Comunicação e um déficit de materiais para consulta. Como aponta Silva, Coelho e Caponi (2007), nas pesquisas acadêmicas e nos veículos jornalísticos, o tema muitas vezes é invisibilizado. A violência doméstica só é noticiada quando acontecem casos extremos, quase exclusivamente de violência física. Portanto, a produção de um material

jornalístico sobre abuso psicológico se justifica pela importância do objeto de estudo e pela carência de material aprofundado sobre ele.

A escolha pelo formato de reportagem digital para internet, a web reportagem, se deu por diversos motivos. O primeiro deles é a possibilidade de disseminar, de forma mais ampla, conhecimento sobre o tema, uma vez que, como já foi explanado neste trabalho, a violência psicológica é a forma de agressão mais negligenciada e de difícil identificação. Ao optar por desenvolver um produto jornalístico ao invés de investigar o tema por meio de uma pesquisa acadêmica, há o desejo de levantar o debate no espaço público. Assim, a intenção é que a reportagem resultante seja fonte de informação que enriqueça a reflexão sobre o assunto.

Outro motivo é a possibilidade de trabalhar o tema de forma aprofundada e com a possibilidade de enriquecer a narrativa com recursos multimídia. Essa justificativa é movida também por uma meta pessoal, o aprendizado sobre jornalismo digital e ferramentas multimídia. A estrutura narrativa do *transmedia storytelling* foi escolhida por permitir explorar diferentes linguagens e experiências sensoriais, com o objetivo de criar um produto jornalístico que respeite a sensibilidade do tema e que desperte o interesse do público em percorrer todas as informações ali contidas.

Metodologia

O desenvolvimento do produto jornalístico pretendido por este trabalho teve ênfase no aspecto qualitativo, abordando o tema em uma escala que estimule a identificação e empatia do público. Para a construção da reportagem transmídia, a etapa inicial estruturou o projeto com referencial teórico nas áreas da psicologia, sociologia e comunicação. Nessa etapa, ocorreu também a coleta de dados sobre o tema.

Com o objetivo de otimizar os processos de construção da reportagem, foi necessário, ainda na fase inicial, pesquisar as ferramentas multimídia mais adequadas para a elaboração da reportagem digital, levando em consideração as especificidades do tema.

A partir da pesquisa inicial, identificou-se especialistas de diversas áreas que pudessem aprofundar o desenvolvimento da reportagem. Após identificar indivíduos com autoridade e competência para enriquecer a compreensão do tema, foi feito o

contato e realizadas entrevistas com esses especialistas, assimilando seus conhecimentos e pontos de vista.

Uma etapa importante foi a busca por pessoas que estão ou já estiveram em um relacionamento afetivo-sexual com a presença de violência psicológica, e que estivessem dispostas a darem depoimentos sobre suas experiências, sendo personagens da reportagem. Foram realizadas entrevistas com os personagens, buscando compreender as vivências de cada um em seus relacionamentos.

Ao se concluir a pesquisa, coleta de dados, coleta de depoimentos de especialistas e personagens e tendo em mente as ferramentas multimídias possíveis para a estruturação do produto jornalístico, a etapa seguinte foi o desenvolvimento do conteúdo da reportagem transmídia, seguida da revisão deste conteúdo.

A etapa final, a construção da reportagem, buscou desenvolver uma narrativa em que os recursos multimídia se complementassem, que prendessem a atenção do leitor, com qualidade jornalística e zelo pela apresentação visual.

No memorial teórico, o primeiro capítulo abordou o contexto do jornalismo na internet, desde a fase inicial de transposição de conteúdo até o que é chamado de terceira geração do webjornalismo. A internet possibilita a junção de diferentes recursos midiáticos em uma única narrativa, e diferentes autores defendem que essa possibilidade de agrupamento deve ser levada em conta pelos jornalistas ao produzir conteúdos *online*. Ainda que as essências do jornalismo permaneçam independentes da mídia em que se desenvolvem, como meio possui sua própria linguagem.

O segundo capítulo buscou apresentar conceitos sobre a violência presente no cotidiano da humanidade. A partir de uma visão geral, abordou-se a violência doméstica, praticada entre familiares ou pessoas próximas ao convívio familiar, em especial as agressões cometidas em relacionamentos afetivos-sexuais. Tomando como base a Lei 11340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, há cinco tipos de violências praticadas no contexto doméstico: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. Dessas, a psicológica é a mais comum e a mais sutil, sendo difícil de identificar. Apesar de ser o tipo mais frequente de violência, também é o mais negligenciado pela mídia.

O capítulo 3 expôs a metodologia deste trabalho. Desde o desenvolvimento da pauta, pré-produção, a produção dos diferentes recursos midiáticos que compõe a web reportagem até a etapa de pós-produção. A estrutura do produto foi detalhada. O

produto jornalístico resultante desse trabalho, “Feito Soco – Quando o afeto divide espaço com o abuso psicológico”, está disponível na internet².

Ao fim do trabalho e desenvolvimento do produto jornalístico, conclui-se que o gênero web reportagem pede por cuidado na pré-produção, no sentido de se antecipar os elementos midiáticos que se deseja para a matéria. Foi possível perceber também, na prática, a importância de uma equipe multidisciplinar.

Sobre o tema da violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais, espera-se ter respondido às problematizações iniciais. São questões complexas que não podem ser respondidas de forma objetiva. Entretanto, o esforço em tentar compreender essas complexidades é necessário para encarar o assunto de forma madura, construtiva e sem julgamentos.

² Disponível em <<https://feitosoco.wordpress.com/>>

2. O WEBJORNALISMO E A REPORTAGEM PARA WEB

Com a explosão de desenvolvimento da internet com uso comercial, na década de 1990, os meios tradicionais de comunicação foram paulatinamente percebendo as vantagens que a *World Wide Web* (ou WWW, ou web) poderia lhes proporcionar (ALVES, 2006). Assim, foram ocupando também o meio virtual, e com isso veio a necessidade de produzir jornalismo no ciberespaço, ambiente formado pela infraestrutura material da comunicação digital e as informações que preenchem essa infraestrutura (LÉVY, 1999).

Se, no princípio, a internet prometia se difundir pela sociedade e permear a comunicação e cultura, hoje essa perspectiva está bem consolidada. A “Pesquisa Brasileira de Mídia”, realizada em 2016 pelo instituto IBOPE Inteligência sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, resultou em um estudo quantitativo com 15.050 brasileiros de 16 anos ou mais de todos os estados do país. Os resultados mostraram que 49% dos brasileiros usam a internet como fonte de informação, sendo que para 26% dos brasileiros, a internet é a principal fonte. A pesquisa ainda revelou que 50% da população acessa a rede todos os dias da semana. Entre os que afirmaram se informar através de jornais, (12% do total dos entrevistados), quase um terço disse preferir a versão digital à impressa.

Ainda que não ocupe a primeira posição como origem de notícias para os brasileiros, posto preenchido pela televisão — que representa a fonte informação para 89% dos entrevistados — a influência da internet vem aumentando gradativamente. A mesma pesquisa, quando realizada em 2015, indicava 42% da população se informando pela rede. Outro dado relevante é a quantidade de tempo que o brasileiro passa conectado: em média, 4 horas e 44 minutos por dia.

Com o advento da rede mundial de computadores, na última década do século XX, os meios tradicionais de comunicação perceberam as vantagens que a internet oferecia para a distribuição das notícias, e expandiram seu domínio para o ambiente virtual. A forma que encontraram para se organizar nesse novo espaço foi a reprodução do impresso, com predomínio do texto, pouco cuidado com a parte gráfica, uma página inicial (*home page*), funcionando com lógica e aparência semelhante à primeira página do jornal, e a organização do *site* reproduzindo a organização de conteúdo da versão impressa. Quando as estações de rádio e emissoras de televisão migraram para a internet, também adotaram estruturas semelhantes (ALVES, 2006).

Este modelo foi o que predominou na primeira década de jornalismo digital, recebendo o apelido de *shovelware* nos Estados Unidos, um jargão de carácter pejorativo que indicava a falta de visão dos veículos para as inovações que poderiam fazer na internet (ALVES, 2006).

Alves relembra que, quando surgiu, o rádio era o “jornal falado”, da mesma forma que a televisão foi tida como “rádio com imagens” em seu início. O autor considera que “a web representa uma mudança de paradigma comunicacional muito mais ampla que a adição de um sentido” (ALVES, 2006, p. 95), com um alcance global e mudança na percepção de espaço e tempo como nenhum outro meio atingiu, além de oferecer uma integração muito maior com o público.

Canavilhas (2003) endossa essa percepção, reforçando que, quando o jornalismo começou a ser introduzido no ambiente *online*, era apenas uma transposição do que era feito nos veículos de jornais impressos para o computador, por conta das limitações técnicas, como baixa velocidade da rede. Mais tarde, televisão e rádio também foram inseridos à internet, com o conteúdo sendo apenas transposto do meio *offline* para o *online*, tal como o jornal impresso (CANAVILHAS, 2003).

As fases evolutivas do jornalismo na internet também são indicadas pelo autor. A primeira consistiu, como já foi colocado, na simples transposição do conteúdo do jornal impresso para o ambiente digital, com a mesma aparência do meio impresso (CANAVILHAS, 2006).

Na segunda fase, que o autor chama de Modelo Adaptado, ainda há a transposição, mas já se pensa em uma estética própria para a internet. Há um *layout* próprio, diferente do jornal impresso, e o uso de links nos textos.

O autor nomeia a terceira fase de Modelo Digital, em que além do *layout*, há o uso massivo de hipertexto, espaço para comentários dos usuários e a versão digital dos veículos passa a ser o principal meio para as notícias factuais. A última fase listada por Canavilhas é o Modelo Multimídia, em que os conteúdos são planejados de modo a explorar ao máximo as possibilidades da internet, sobretudo a interatividade e a integração de mídias.

Ampliando o sistema de classificação, Canavilhas (2006) propõe também a divisão em duas fases fundamentais. A primeira é batizada de Jornalismo *Online*, “em que as publicações mantêm as características essenciais dos meios que lhes deram origem” (CANAVILHAS, 2006, p. 2). Assim, predomina a reprodução do conteúdo, e a configuração do jornalismo no novo espaço se dá da seguinte forma:

No caso dos jornais, as versões online acrescentam a actualização constante, o hipertexto para ligações a notícias relacionadas e a possibilidade de comentar as notícias. No caso das rádios, a emissão está disponível online, são acrescentadas algumas notícias escritas e disponibilizam-se a programação e os contactos. As televisões têm também informação escrita, à qual são acrescentadas notícias em vídeo, a programação do canal e os contactos (CANAVILHAS, 2006, p. 2)

Na segunda fase proposta por Canavilhas (2006), chamada de Webjornalismo ou Ciberjornalismo, o conteúdo é desenvolvido integrando diferentes recursos (texto, som, imagem, vídeos, infográficos, hiperlinks), em uma linguagem própria para o meio *online*, de forma que o usuário possa percorrer a notícia da forma que desejar.

Mielniczuk (2001) reafirma esta configuração das fases do jornalismo na internet. A primeira fase é chamada de transpositiva, com os portais sendo atualizados uma vez ao dia, no momento de fechamento das edições impressas, com uma ou duas matérias de certas editorias. A segunda fase é apelidada de “metáfora”, quando os jornalistas começam a explorar as possibilidades oferecidas pela rede, mas ainda muito dependentes do modelo impresso. Neste momento, começa a se fazer uso de links para outros textos, correspondência entre jornalista e leitor ou entre leitores por meio de e-mails ou fóruns *online*. No terceiro instante, que a autora diz se tratar do webjornalismo propriamente dito, não se trata mais de uma versão digital para o jornal impresso, e sim uma produção voltada para a internet, aproveitando as potencialidades e avanços da tecnologia.

Sobre nomenclatura, a autora observa que ainda não se consolidou uma amplamente aceita para nomear o jornalismo no ambiente *online*, podendo ser encontrados os termos ciberjornalismo, jornalismo eletrônico, jornalismo *online*, jornalismo digital, webjornalismo e outros. Usa Murad (1999) e Canavilhas (2001) para basear sua opção pelo termo “webjornalismo”, uma vez que ambos sustentam que a nomenclatura é derivada do suporte técnico:

[...] para designar o jornalismo desenvolvido para a televisão, utilizamos telejornalismo; o jornalismo desenvolvido para o rádio, chamamos de radiojornalismo; e chamamos de jornalismo impresso àquele que é feito para os jornais impressos em papel. (MIELNICZUK, 2001, p. 2)

Sobre as características do webjornalismo, Mielniczuk (2001) recorre à classificação de Bardoel e Deuze (2000, *apud* MIELNICZUK, 2001, p. 3), que

enumeram interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Recorre também à Palacios (1999, *apud* MIELNICZUK, 2001, p. 3), que, por sua vez, elenca multimídia/convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização e memória. Nota-se uma semelhança na relação feita pelos diferentes teóricos.

Interatividade diz respeito a fazer com que o público se sinta integrado ao processo, como ao permitir espaços em que o leitor possa dialogar com os jornalistas ou com outros leitores. Mielniczuk (2001), porém destaca que os autores a que se referencia não consideram a possibilidade do público interagir com a notícia por meio do hiperlink, e acrescenta esta perspectiva ao conceito de interatividade.

Customização do conteúdo ou Personalização se refere ao conteúdo direcionado a partir dos interesses individuais dos usuários. A Hipertextualidade é a capacidade de conectar um conteúdo à outros no ambiente *online* a partir de hiperlinks, criando uma cadeia de informações a ser percorrida pelo público. Multimídia ou Convergência é a associação de diferentes mídias em uma mesma narrativa jornalística. Por fim, Memória vem da facilidade técnica e econômica do webjornalismo em relação aos outros meios tradicionais, viabilizando uma consulta mais acessível à informações anteriores (MIELNICZUK, 2001, p. 4).

Em seu livro “Internet, e depois?”, Dominique Wolton classifica a internet como uma nova plataforma, não uma nova mídia. As mídias tradicionais são estáveis em sua incorporação social e cultural, enquanto as novas tecnologias são instáveis. O autor considera que a internet, apesar de ser “um formidável sistema de transmissão e de acesso a um número incalculável de informações” (WOLTON, 2003, p. 101), não possui as características e a legitimidade das mídias tradicionais para ser vista como uma nova mídia. Wolton afirma que “a web não cria nenhum conceito novo” (WOLTON, 2003, p. 102)

Comparando as novas mídias proporcionadas pela internet com as mídias tradicionais, como o rádio e a televisão, o autor despreza a ideia de que há uma competição real entre mídias novas e tradicionais, e que a escolha entre uma ou outra é uma questão de escolha pessoal, e não de hierarquia ou progresso (WOLTON, 2003).

Alves (2006) e Canavilhas (2003) têm uma visão que se afasta da de Wolton, que enfatiza que “a *web* não cria nenhum conceito novo” e que não se configura como uma nova mídia (WOLTON, 2003, p. 102), ao sugerir a necessidade de idealizar um jornalismo específico para internet, não apenas uma cópia do que é feito *offline*, o que

chamam de jornalismo digital. Os dois autores defendem a criação de um webjornalismo, pensado de maneira a aproveitar da melhor forma as ferramentas narrativas oferecidas pela rede, em uma lógica própria para este meio.

Para Canavilhas (2003), enxergar a internet como mero canal de distribuição de conteúdos produzidos por outras mídias é desperdiçar o potencial desta nova tecnologia, e compara o ato de somente reproduzir conteúdos na internet a um telejornal em que o apresentador apenas lê as notícias de um jornal impresso diante da câmera. Canavilhas defende que cada meio tem suas particularidades narrativas, e que a internet “por força de poder utilizar texto, som e imagem em movimento, terá também uma linguagem própria, baseada nas potencialidades do hipertexto e construída em torno de alguns dos conteúdos utilizados nos meios existentes” (CANAVILHAS, 2003, p. 64).

A rede mundial de computadores proporcionou inovações nos recursos para narrativas, com aumento de narradores e de plataformas de publicação. A tecnologia para produzir, publicar e consumir conteúdos tem se tornado mais acessível, o que influencia na forma em que uma história é contada por um jornalista no meio *online* e na forma como esta história é acessada pelo público (VENTURA; ITO, 2016).

Mielniczuk (2004) discorre sobre a dualidade que o webjornalismo vive, em que é preciso manter os princípios do jornalismo e suas convenções, a fim de ser reconhecido como tal pelo público, ao mesmo tempo em que busca rupturas “para que os webjornais se firmem como uma opção singular e com atrativos diferenciados” (MIELNICZUK, 2004, p. 3). Foi assim com outros meios, como o rádio, que deixou de ser a leitura de escritos e desenvolveu sua própria linguagem.

2.1 PERMANÊNCIAS E RUPTURAS DO WEBJORNALISMO

Mesmo que cada meio tenha seus códigos e linguagens próprios, o jornalismo possui fundamentos que fazem com que seja identificado como tal em qualquer mídia em que esteja sendo desenvolvido. Assim também é com o webjornalismo. Traquina (2005) pontua que a matéria-prima do jornalismo são os fatos. Mesmo que seja comum entre jornalistas chamar uma notícia de “história”, o jornalismo lida com acontecimentos e dados reais. O autor menciona Walter Lippmann, que, no livro “Opinião Pública”, de 1992, defendeu que os meios de comunicação são a principal ponte entre os acontecimentos e a imagem que o público geral faz desses acontecimentos.

Em “Teorias do Jornalismo”, Traquina (2005) propõe-se a definir o que é jornalismo, mas admite logo em seguida que tal tarefa não poderia ser efetivada em um livro e adequa a proposta inicial ao planejar “fornecer uma compreensão teórica do jornalismo” (TRAQUINA, 2005, p. 21). Assim, o autor começa por classificar o jornalismo como a vida contada por meio de notícias, a realidade narrada, a resposta à pergunta “o que aconteceu/ está acontecendo no mundo?”.

Traquina (2005) cita o sociólogo Pierre Bourdieu (1997, apud. TRAQUINA, 2005, p. 22), que emparelha o jornalismo e a sociologia, sugerindo que ambos ocupam o mesmo patamar, que chama de “campo intelectual”. Traquina prefere o termo “campo jornalístico” a “jornalismo”, definindo que “campo” pressupõe um número delimitado de agentes sociais que recorrem a este campo, um objetivo para estes agentes (neste caso, as notícias), e um grupo especializado que reivindica para si os conhecimentos sobre o campo.

Por fim, o autor conclui que jornalismo é a realidade selecionada e construída pelos agentes e técnicas do campo jornalístico, em interação com diferentes fontes de notícia, outros jornalistas e a sociedade (TRAQUINA, 2005, p. 205), inserindo sua compreensão do jornalismo na visão do construcionismo simbólico.

Para Traquina, a sociedade democrática implica a existência da prática jornalística, com o papel de “informar o público sem censura” e vigiar os governantes. Para cumprir este papel, o autor pontua que a liberdade para noticiar é indispensável ao jornalismo na democracia. O autor português ainda discorre a respeito dos valores-notícia de seleção, critérios com os quais os jornalistas selecionam quais acontecimentos devem ser noticiados. Estes valores-notícias fazem parte do ofício do jornalismo, independente do meio. Os critérios de seleção de notícia são empregados tanto nos tradicionais veículos impressos, radiojornais e telejornais quanto no jornalismo desenvolvido na internet.

O autor separa os valores-notícia de seleção em critérios substantivos e critérios contextuais. Os valores substantivos começam com notoriedade, ou seja, um fato ganha relevância quando as pessoas envolvidas são figuras públicas importantes. Proximidade é outra medida, seja em termos geográficos ou culturais. Outra regra é a relevância, ou seja, “informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (TRAQUINA, 2005, p. 80). Novidade também aparece como critério, com o interesse pelas coisas novas ou que acontecem pela primeira vez. Por outro lado, outro valor-notícia é tempo, quando um fato do passado

faz “aniversário” e chama a atenção novamente. Notabilidade é mais um fator, que é relatar aquilo que é tangível ao público. O inesperado também é um valor-notícia, assim como o conflito e a controvérsia, ou seja, violência física (que ressoa no conceito de notabilidade) ou simbólica. Infração é mais um parâmetro, quando há transgressão de regras, o que explica o interesse do jornalismo por crimes. O último critério substantivo listado por Traquina (2005) é o escândalo.

O autor começa a listar os critérios contextuais pela disponibilidade, isto é, a possibilidade do jornalista cobrir ou não aquele fato. Em seguida, vem o equilíbrio: analisar se um assunto já está sendo amplamente divulgado e se é relevante divulgar novas informações. Outro valor apontado pelo autor é visualidade, ou seja, se há ou não elementos visuais, como fotografias ou vídeos, que ilustrem a notícia. Concorrência é mais uma regra, seja na intenção de um veículo de divulgar um “furo”, uma notícia exclusiva, seja no sentido de também noticiar algo relevante que os outros veículos estão noticiando. O último valor-notícia contextual é o dia noticioso: se não há muitos acontecimentos no dia, um fato pouco importante ganha destaque, ou ainda, em um dia com muitos eventos dignos de serem noticiados, um fato de grande importância pode ser minimizado por outro com maior noticiabilidade.

Lenzi (2016) retoma Nelson Traquina e também Mauro Wolf para discorrer sobre o conceito de valor-notícia. Lenzi destaca que o contexto do que ele chama de multimidialização (ou seja, o uso em conjunto de diferentes mídias como recurso narrativo), não é contemplado pelos dois teóricos, porém faz uma aproximação do valor-notícia de visualidade, citado por Traquina principalmente para o jornalismo televisivo.

Palacios (2002, *apud* MIELNICZUK, 2005, p. 2) investiga as continuidades e rupturas nas características do webjornalismo. O autor defende que alguns traços do webjornalismo já estavam presentes nos meios tradicionais, como a Multimidialidade da televisão, ao unir imagem, som e texto; ou a Hipertextualidade, que de certa forma já estava presente em, por exemplo, enciclopédias; ou, ainda, a Personalização, que já era vista na segmentação da audiência de televisão e rádio em públicos-alvos ou nos cadernos e suplementos especiais dos veículos impressos. Mesmo anteriores ao ambiente virtual, estas características foram potencializadas pela internet.

A adaptação do jornalismo para o ciberespaço, segundo salienta Canavilhas (2007), trouxe algumas reflexões sobre práticas há muito difundidas na profissão. A pirâmide invertida — técnica que consiste em organizar o texto com as informações

mais importantes no início e as menos importantes no final, otimizando a mancha gráfica disponível e facilitando o trabalho do editor quando há necessidade de encurtar a matéria que será publicada — perdeu parte de seu significado no ambiente *online*, onde não há limitação física.

Na rede, a técnica da pirâmide invertida ainda é bastante pertinente para as notícias mais urgentes, as *hard news*. Entretanto, para outros gêneros jornalísticos, pode limitar o aproveitamento das possibilidades de hipertexto que a internet proporciona. Sem a restrição de espaço imposta pelo papel enquanto suporte, o jornalista pode explorar outras técnicas de redação. Segundo Canavilhas, “usar a técnica da pirâmide invertida na web é cercear o webjornalismo de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adopção de uma arquitectura noticiosa aberta e de livre navegação” (2007, p. 30).

O ambiente virtual oferece um horizonte ilimitado para a estruturação do conteúdo. Para conceber novas arquiteturas para o jornalismo na internet, Canavilhas cita outro autor, Robert Darnton (1999), que propõe uma organização em camadas para textos acadêmicos publicados na rede, em camadas:

Uma primeira com o resumo do assunto; uma segunda com versões alargadas de alguns dos elementos dominantes, mas organizadas como elementos autónomos; um terceiro nível de informação com mais documentação de vários tipos sobre o assunto em análise; um quarto nível de enquadramento, com referências a outras investigações no campo de investigação; um quinto nível pedagógico, com propostas para discussão do tema nas aulas; por fim, a sexta e última camada com as reacções dos leitores e suas discussões com o autor (CANAVILHAS, p. 30, 2007)

Ainda que a proposta de Darnton, citada por Canavilhas, seja voltada à produção acadêmica, pode ser adaptada ao jornalismo digital, principalmente por destacar a hipertextualidade. A sexta camada recomendada também é bastante relevante no jornalismo, por estimular a interatividade com o público, ideia defendida por diversos autores que estudam o jornalismo digital.

2.2 NARRATIVA TRANSMÍDIA E WEB REPORTAGEM

Transmedia storytelling, ou narrativa transmídia, é um termo que surgiu no estudo da música em 1975, com Stuart Saunders Smith usando *trans-media music* para

designar uma mescla de diferentes melodias em uma única partitura. Foi adaptado para a Comunicação em 1991, por Marsha Kinder. Por fim, Henry Jenkins difundiu o conceito de transmídia a partir 2009, caracterizando o modelo de jornalismo que faz uso de diferentes linguagens para estruturar uma narrativa (RENÓ; RENÓ, 2013).

Manuel Castells, em “Sociedade em rede”, compara a integração entre texto, imagem e som com o advento do alfabeto, em 700 a. C. (CASTELLS, 2007, p. 413). O autor descreve como a ciência e filosofia ocidental evoluiu a partir dessa “tecnologia conceitual”, um instrumento para dar novas formas ao discurso oral. Castells afirma que o aparecimento do hipertexto e da agregação de diferentes modalidades de comunicação humana significou “uma transformação tecnológica de dimensões históricas similares” (CASTELLS, 2007, p. 414). O hipertexto, descreve, indica uma mudança no caráter da comunicação e esta, por sua vez, molda a cultura.

Além da integração entre mídias, o autor também destaca as possibilidades de socialização entre os usuários da rede de computadores. Estas características fazem com que o consumo de mídia e informação também seja condicionado pela configuração da rede mundial de computadores, com uma busca por multimídia e interatividade.

Henry Jenkins (2009) introduz o conceito de Cultura de Convergência, que define como:

Fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. (JENKINS, 2009, p. 30).

A Cultura de Convergência engloba transformações na tecnologia, mercado, cultura e sociedade. Neste contexto, toda narrativa se desenvolve através de diferentes plataformas de mídia, e a participação do público é imprescindível para a circulação destas narrativas. Jenkins (2009) explica que esta ideia está conectada à outra que chama de Cultura Participativa, ou seja, a convergência “ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (JENKINS, 2009, p. 31).

O autor chama atenção para a noção de revolução digital que se desenvolveu nos anos 1990, que profetizava a substituição das antigas mídias pelas novas. A internet, segundo esta premissa, substituiria a radiodifusão. Jenkins cita George Gilder, que defendia que o computador acabaria por destruir a cultura de massa. Jenkins, porém,

crítica a noção de substituição e, por sua vez, acredita que o paradigma atual aponta para a convergência das mídias tradicionais com as digitais.

A partir da noção de Cultura de Convergência, Jenkins parte para a narrativa transmídia:

Uma história transmídia desenrola-se através de múltiplas plataformas de mídia, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo. Na forma ideal de narrativa transmídia, cada meio faz o que faz de melhor. [...] A compreensão obtida por meio de diversas mídias sustenta uma profundidade de experiência que motiva mais consumo. (JENKINS, 2009, p. 141)

O autor compara o público a caçadores e coletores, que devem consumir a história percorrendo elementos midiáticos.

No contexto do jornalismo para internet, as diferentes mídias não competem entre si, como acontecia entre televisão, rádio e jornal impresso. Na rede, as diferentes mídias convergem e se complementam, possibilitando conteúdos com maior riqueza de recursos. Barbosa analisa que “o cenário atual é de atuação conjunta, integrada, entre os meios, conformando processos e produtos, marcado pela horizontalidade nos fluxos de produção, edição, e distribuição dos conteúdos, o que resulta num continuum multimídia de cariz dinâmico” (BARBOSA, 2013, p. 33).

Fazer jornalismo voltado para a internet demanda uma reflexão sobre como apresentar as informações, a estrutura do texto, o estilo e como incentivar os leitores a interagir com o conteúdo. Salaverría (2014, apud. LENZI, 2016) elenca parâmetros para o uso dos recursos transmídia em uma reportagem:

- 1) compatibilidade (usar elementos cujo seguimento simultâneo possa ser realizado sem esforço para o público em geral, sem que exista uma competição pela atenção do internauta que acabe dispersando-o), 2) complementaridade (união de elementos que se enriqueçam mutuamente), 3) ausência de redundância (um certo grau de repetição é aceitável e até desejável, mas a excessiva redundância aborrece o público), 4) hierarquização (determinar qual é a linguagem que melhor se adequa à transmissão de cada peça do conteúdo), 5) ponderação (para limitações, como tempo, espaço, velocidade da internet, entre outras) e 6) adaptação (respeito básico à plataforma on-line, com uso de tipografias, cores e dimensões espaciais próprias do meio). (SALAVERRÍA, 2014, apud. LENZI, 2016, p. 167)

Lenzi (2016) elege a reportagem como o gênero jornalístico em que os recursos multimídia podem ser melhor aplicados. Também salienta que, além dos valores básicos que devem conduzir o jornalismo em todas as mídias, quando se trata do gênero

reportagem no ambiente *online*, exige-se do repórter um cuidado para pensar a narrativa fazendo uso de conteúdos multimídia. Santos (2016) usa Lage (2003), para diferenciar, no contexto da internet, a reportagem do jornalismo factual:

Programa-se geralmente a pauta de reportagem (a reportagem aborda um assunto em visão jornalística) a partir de fatos geradores de interesse, encarados de certa perspectiva editorial. Não se trata apenas de acompanhar o desdobramento de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes – em suma, investigar e interpretar. (LAGE, 2003, p. 39, *apud.* SANTOS, 2016, p. 67)

Na internet, a busca por notícias rápidas e factuais parece se sobrepor à busca por reportagens (SANTOS, 2016, p. 75). Entretanto, a web oferece suporte para outros gêneros jornalísticos, e a reportagem, que dialoga com a literatura e aborda diversas áreas do conhecimento humano, encontra ali um novo meio para se renovar, mantendo sua essência:

Embora a reportagem não prescindir de atualidade, esta não terá o mesmo caráter imediato que determina a notícia, na medida em que a função do texto é diversa: a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo. (SODRÉ e FERRARI, 1986, p. 18, *apud.* SANTOS, 2016, p. 76)

Refletindo sobre a Cultura de Convergência de Jenkins, Santos (2016) interpreta que uma narrativa transmídia como a “integração de múltiplos textos para criação de uma narrativa ampla capaz de se desmembrar em narrativas menores” (SANTOS, 2016, p. 69). Um todo formado por diversas partes independentes mas que se completam, e que permitem que o leitor crie seu próprio fluxo narrativo.

Na rede, o jornalista deve construir a reportagem pensando em facilitar a interação com o público. Edo (2007) caracteriza a informação no meio digital como sendo interativa, com participação direta do leitor nos espaços de comentários ou no compartilhamento da matéria pelas redes sociais; personalizada, ao permitir que o leitor navegue livremente pelo conteúdo; multimídia, ao integrar diferentes linguagens do jornalismo, como texto, fotografia, vídeo, áudio, infográfico, em uma mesma reportagem; e preocupada com o design, não apenas por uma questão de estética mas também para facilitar a navegação do leitor pelo conteúdo.

Edo aponta o hipertexto como uma das grandes virtudes da internet, que “se apoya en la capacidad de la mente humana para relacionar ideas, hechos y datos diferentes” (EDO, 2007, p. 8). Edo sugere que os conteúdos jornalísticos para internet sejam construídos de tal modo que facilite a navegação e visualização das notícias e que

permita que o leitor transite pelas informações da maneira que melhor lhe convier. É importante, também, que o design dos portais de notícias seja claro, de modo que as informações sejam encontradas com facilidade e rapidez. A forma como o leitor vai receber e interagir com o conteúdo deve sempre ser levada em consideração:

Es necesario descubrir para cada acontecimiento una presentación realista y rigurosa en los contenidos pero imaginativa en la propuesta, que permita leer-ver-escuchar-participar de forma completa o parcial sin que se pierda el sentido del relato y que permita volver al principio, al nivel anterior o al siguiente sin ningún tipo de dificultades (EDO, 2007, p. 9)

As grandes reportagens com conteúdo multimídia vêm se destacando desde a terceira fase do webjornalismo (LENZI, 2016, p. 162), com o desafio de prover uma imersão do leitor no conteúdo. Assim, os veículos estão se aventurando cada vez mais neste modelo de reportagem. A reportagem “Snow Fall: The avalanche at Tunnel Creek”, produzida pelo *The New York Times* e disponibilizada em dezembro de 2012 foi um marco do webjornalismo e do *transmedia storytelling*. A produção desta reportagem envolveu 17 profissionais, sendo 11 para o design e parte gráfica. A narrativa é multimídia e emprega diversos recursos, rendeu um prêmio Pulitzer ao repórter John Branch e “tornou-se um verbete entre pesquisadores e jornalistas e figurou como sinônimo de inovação de narrativa jornalística” (BARBOSA; NORMANDE; ALMEIDA, 2014, p.8).

Os mesmos autores consideram que um dos grandes méritos de “Snow Fall” foi permitir interatividade. O leitor podia navegar livremente pela notícia, controlando o fluxo narrativo, além de assumir um papel fundamental no compartilhamento e divulgação deste produto. No ciberespaço, o público assume o papel de *secondary gatekeeping*, priorizando e espalhando as notícias de acordo com seus interesses, e não segundo a lógica dos veículos.

No Brasil, um caso que se destaca é a reportagem “A Batalha de Belo Monte”, produzida por *Folha de S. Paulo* e publicada em dezembro de 2013. A construção da usina hidrelétrica em Belo Monte, no Pará, é tratada por um conteúdo denso que desenvolve por diversas áreas, como economia, meio ambiente e social. Este produto foi elaborado por dezenove profissionais, sendo cinco jornalistas. “A Batalha de Belo Monte” possui dois idiomas, português e inglês. e é composta por 24 vídeos, 52

fotografias, 18 infográficos, um jogo, um mapa interativo e uma linha do tempo interativa (BARBOSA; NORMANDE; ALMEIDA, 2014, p.16).

No país, outro exemplo de jornalismo que faz uso da narrativa transmídia é o TAB, da UOL (empresa brasileira de conteúdo, produtos e serviços de internet, integrado ao Grupo Folha). TAB é um projeto editorial interativo lançado em outubro de 2014, que publica semanalmente, sempre às segundas-feiras (dia de maior audiência da *home page* do UOL), reportagens multimídias e interativas. Na ocasião de lançamento do projeto, o diretor de conteúdo do UOL, Rodrigo Flores, afirmou que “O TAB é a resposta do UOL para a necessidade do nosso público de consumir conteúdo de qualidade em formatos criativos, interessantes e interativos”. O projeto foi iniciado com uma equipe de doze profissionais de diferentes áreas (UOL, 2014).

Ao considerar a forma como o TAB utiliza os recursos de transmídia para compor as narrativas jornalísticas sobre temas como comportamento, sustentabilidade, mobilidade, consumo e tecnologia, e como o faz de modo eficiente mesmo diante de pautas delicadas como estupro, luto, suicídio, medo e morte, este será o modelo de referência para o desenvolvimento da web reportagem sobre violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais, pretendida a partir deste trabalho.

Lenzi (2016) destaca o projeto TAB UOL como o mais audacioso entre os veículos brasileiros, pela proposta de produção semanal de matérias transmídia. Ao analisar as 30 primeiras edições do Tab UOL, de outubro de 2014 a maio de 2015, o autor identificou um método de justaposição, em que cada mídia apresenta um conteúdo que se encerra nela mesma, que pode ser assimilada pelo leitor sem a necessidade de complementação, mas que, ao mesmo tempo, dialoga com o conteúdo apresentado pelas outras mídias utilizadas na narrativa, acrescentando informações, nunca as repetindo, “para uma experiência de imersão proporcionada por peças que se complementam e formam uma nova unidade multimídia” (LENZI, 2016, p. 164). O ideal, aponta o autor, é que cada peça estimule o público a consumir a próxima, até completar a reportagem.

Quando uma matéria multimídia traz peças que se limitam a repetir o mesmo conteúdo, muitas vezes sem nem adaptar a linguagem para cada meio, essa conjunção pode ser entendida “apenas como um deslumbre diante das novas possibilidades tecnológicas, sem uma real preocupação com os reflexos na condução narrativa” (LEZI, 2016, p.164).

Sobre o TAB UOL, Lezi (2016) indica o texto como fio condutor da narrativa e recurso introdutório do tema. O autor ressalta que os demais recursos, porém, são de

grande importância, destacando as fotografias como ilustração ou plano de fundo para o texto, o uso do infográfico para esmiuçar dados e conceitos, e audiovisual para trazer relatos de personagens que humanizem a história que está sendo contada ou suporte para apresentar a opinião de especialistas. Inovação, comportamento e estilo de vida são os temas mais recorrentes do projeto.

O autor chama atenção para o fato de que nem todo tema tem apelo visual, e que a visualidade é de interesse do jornalista ao desenvolver uma web-reportagem, relembrando o valor-notícia posto por Nelson Traquina. Quando o apelo visual não é natural ao tema, Lezi (2016) enfatiza que este apelo pode ser criado ao longo da reportagem, construído através das mídias disponíveis. O autor cita crise de representatividade política, feminismo e empreendedorismo como temas de baixa visualidade, mas que ainda assim foram trabalhadas de forma multimídia pelo TAB UOL.

Ventura e Ito (2016) analisaram seis reportagens do TAB UOL a fim de investigar os recursos midiáticos utilizados. Constatou-se que as matérias carregam métodos usuais de outros formatos noticiosos, como o uso de elementos visuais para realçar informações, dividir o texto, introduzir intertítulos e aspas. Ao mesmo tempo, os pesquisadores notaram a ausência da estrutura de pirâmide invertida e do *lead*, e explicam que a natureza atemporal das pautas permite uma estrutura e linguagem mais livre, em comparação com o jornalismo factual.

Mencionando Salaverría (2005, apud Ventura; ITO, 2016, p. 126) e as características que enumera para o ciberjornalismo - hipertextualidade, multimidialidade e interatividade - Ventura e Ito destacam a inexistência de hiperlinks para notícias externas, nem mesmo para conteúdos do TAB UOL ou do Grupo Folha, que mantém a projeto. Os autores especulam que esta ausência de links que levem para outras páginas é devida à intenção de proporcionar ao público uma leitura concentrada, mesmo que esta leitura seja feita de forma alinear, possibilitado pela divisão da informação em blocos e em componentes midiáticos.

Cinco das seis reportagens verificadas por Ventura e Ito (2016) apresentavam vídeos, de duração média de 3 minutos e meio, com entrevistas ou situações produzidas e encenadas para exemplificar o que estava sendo tratado pela matéria. Além dos vídeos, os pesquisadores listam o uso de áudios, infográficos e animações, contemplando a multimedialidade de Salaverría.

Com relação ao último item de Salaverría, a interatividade, os autores destacam a possibilidade de compartilhamento nas redes sociais, enquetes, *quizzes*, testes e jogos simples em algumas das reportagens (VENTURA; ITO, 2016, p. 127). Entretanto, fazem a ressalva de que a interação proposta pelo TAB UOL é reativa, limitada dentro de certos parâmetros, sem permitir que os usuários atuem como “atores-criadores”, como acontece em plataformas de fóruns, por exemplo.

Em suas análises, Ventura e Ito (2016) perceberam que a estética do TAB UOL varia de acordo com o tema da reportagem, com liberdade criativa: “Cada edição é construída a fim de oferecer ao leitor uma experiência diferenciada de leitura e navegação” (VENTURA; ITO, 2016, p. 129). Além disso, nota-se que o layout adotado nos materiais do TAB UOL tem caráter responsivo, ou seja, se adequa ao dispositivo que o usuário estiver usando para acessar o conteúdo, como computador, *smartphone*, *tablet*, entre outros.

Santos (2016) elogia as produções do TAB UOL por inovar no gênero reportagem, afirmando que o projeto “propõe um mergulho temático sem abrir mão da clareza textual, de dados consistentes, do encanto visual e da interação com o leitor” (SANTOS, 2016, p. 79). Também ressalta a característica fria das pautas abordadas pelo TAB UOL, que classifica como inusitadas, e aponta para a atemporalidade da proposta editorial.

3. AS VIOLÊNCIAS DO COTIDIANO

Uma constante na história da humanidade é que os seres humanos se comportam de forma agressiva. Violência é tida como um fenômeno complexo, multideterminado que atinge todos os setores da sociedade (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). O que é considerado violência muda de acordo com os contextos históricos, sociais e culturais, mas as agressões estão sempre presentes. Como coloca Ianni (2002, p.5) “é válido reconhecer que cada século, época ou configuração histórico-social se caracteriza por formas e técnicas de violência enraizadas e jogos de forças sociais e tramas de sociabilidade”.

Quanto ao conceito de violência, muitos autores estudam o termo para que se chegue a uma definição que compreenda sua aplicação ao longo dos séculos e diferentes culturas. A Organização Mundial da Saúde (OMS), define violência como:

Uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações. (OMS, 2002)

Vale destacar que esta concepção engloba tanto o ato de utilizar a força ou poder de forma deliberada, quanto a ameaça deste ato, a intenção de se causar prejuízos a si mesmo ou a terceiros. A OMS ainda divide em três grandes categorias: autodirigida, interpessoal e coletiva; e classifica a natureza dos atos violentos em física, sexual, psicológica e privação/abandono. Esta classificação é utilizada também na legislação brasileira.

A etimologia foi o ponto de partida que Zaluar (1999, p. 28) buscou como forma de conceituar. O termo violência tem origem no latim, remetendo a *vis*, que significa “força, vigor, emprego de força física, ou recurso do corpo para exercer sua força vital”. A antropóloga sugere que quando esta força física ou vital extrapola limites ou cria desordem nos acordos e regras que regem as relações, tendo resultados negativos ou maléficos, é quando se torna violência. Não é o ato em si, mas a percepção dos limites, da perturbação causada e do sofrimento resultante que caracteriza um ato como violento, e esta percepção muda de acordo com o cenário cultural e histórico.

Adorno (1988, p. 3) coloca violência como a “negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida”. O autor aponta que ela está presente tanto

em relações interpessoais quanto em relações entre classes sociais, e que a consequência mais notável de ações violentas é a objetificação dos envolvidos, a perda da humanidade, ideia semelhante às apresentadas por Chauí (1985) e por Rocha (1996, p. 10). Este último, chama a atenção para o caráter tanto físico quanto psíquico da violência, como “uma força que transgride os limites dos seres humanos”, desrespeita os direitos fundamentais e retira a humanidade do sujeito, colocando-o na posição de objeto (ROCHA, 1996).

Sobre o porquê da persistência de violência na história da humanidade, há divergência entre os autores. De um lado, há a noção de que hostilidade, crueldade, tirania e ira são intrínsecos à natureza humana, como defende Ianni (2002) e Almeida (2010). Levisky (2010) também compartilha este ponto de vista, e coloca agressividade como algo primitivo que não pode ser eliminado, por fazer parte de registros genéticos transmitidos ou culturalmente herdados. As transformações tecnológicas, ambientais, filosóficas, psicológicas, econômicas e religiosas “influenciam e contribuem para a modificação e o surgimento de novos circuitos biológicos, psicológicos e sociais” (LEVINSKY, 2010, p. 7), porém, estas transformações não eliminaram as pulsões violentas presentes nos indivíduos.

Por outro lado, há autores que argumentam em favor de que violência não é natural, e sim uma construção sócio-cultural. Dahlberg e Krug (2007) afirmam que, mesmo que seja uma presença constante, a violência não deve ser aceita como algo indissociável da condição humana, já que sempre foi presente, também, “sistemas religiosos, filosóficos, legais e comunitários” criados para “preveni-la ou limitá-la” (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1164). Estes sistemas, ainda que não completamente eficientes, contribuíram para moldar as sociedades. Minayo (1994), também advoga pela ideia de que a violência surge não por fatores naturais e inevitáveis, mas sim pelos contextos:

É, hoje, praticamente unânime, por exemplo, a idéia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade (MINAYO, 1994, p. 7)

O psicólogo Steven Pinker, em palestra ministrada em Harvard intitulada “The Past, Present and Future of Violence” (2016), afirma que os seres humanos possuem características que estimulam comportamentos violentos, mas que também somos

dotados de características que coíbem estes comportamentos, tais como autocontrole, empatia e racionalidade, e que o nível de violência em uma sociedade é consequência de como normas, leis e instituições são eficazes na tarefa de equilibrar estas facetas da natureza humana.

Se há um debate a respeito da violência ser ou não parte da natureza dos homens, há também um consenso de que ela deve ser combatida. Neste sentido, Dahlberg e Krug (2007) ressaltam que violência não é uma questão criminal, e sim de saúde pública, e assim sendo, é possível pensar em formas de preveni-la. Para isso, é necessário compreender que “violência é o resultado da complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais”, e que ter sido exposto a situações violentas em algum momento da vida torna os indivíduos mais suscetíveis a se envolver novamente em relações violentas, como agressor ou como vítima:

Embora alguns fatores de risco talvez sejam específicos de certos tipos de violência, os vários tipos de violência, em geral, têm fatores de risco comuns. Normas culturais predominantes: pobreza, isolamento social e fatores como abuso de álcool, de drogas e acesso a armas de fogo são fatores de risco de mais de um tipo de violência. Como resultado, não é raro que alguns indivíduos incluídos em situação de risco experimentem mais de um tipo de violência. Mulheres em risco de violência física da parte de parceiros íntimos, por exemplo, também se encontram em risco de violência sexual. (DAHLBERG; KRUG, 2007)

Os autores também salientam que violência causa prejuízos econômicos e humanos às nações, com grandes quantias sendo usadas para tratamentos de saúde, gastos legais, ausência no trabalho e produtividade perdida. Na questão da prevenção, os autores apontam a falta de conhecimento como principal impedimento, principalmente quando se trata de formas menos explícitas de violência, como a doméstica.

3.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica, ou violência intrafamiliar, é caracterizada pelo Ministério da Saúde como:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento

de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. (BRASIL, 2001)

De acordo com a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha (nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica por parte de seu ex-marido), que trata sobre violência doméstica, esta pode vir de cinco formas:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Esta lei, em vigor desde 7 de agosto de 2006, transferiu uma prática de agressão que acontecia no âmbito privado para o público, usando o termo “violência” para caracterizar uma violação dos direitos das mulheres (FERNANDES, 2013).

Diversas pesquisas apresentam dados divergentes sobre violência em relacionamentos afetivo-sexuais, mas é consenso nestas pesquisas que ela está presente, em suas diferentes formas (RUSH, 2000; STRAUS *et al*, 2002; OLIVEIRA, *et al*, 2011; ABBEY, *et al*. 1996; STRAUS; SWEET, 1992), com números que variam de 23% a 86% dos participantes das pesquisas afirmando que já vivenciaram algum tipo de agressão em um relacionamento com perfil abusivo. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon/Datapopular em 2013 no Brasil, revelou que 41% dos brasileiros

conhece algum homem que tenha sido violento com uma companheira, porém apenas 16% dos homens entrevistados afirmaram já terem sido violentos com uma companheira, e 12% dos homens que faziam parte de um relacionamento afetivo-sexual no momento da entrevista confessaram ser violentos com as atuais parceiras.

Em contraste com o dado de homens que admitiram comportamento agressivo com alguma parceira (16%), a mesma pesquisa apontou que este número sobe para 56% quando os homens são perguntados sobre atitudes específicas, sem que estas sejam caracterizadas como violência. Assim, quando perguntados se, em um relacionamento atual ou anterior, já xingou, empurrou, ameaçou com palavras, deu um tapa, deu um soco, impediu de sair de casa, arremessou algum objeto durante a briga, humilhou em público, obrigou a fazer sexo sem vontade ou se já ameaçou a parceira com uma arma, mais da metade dos homens demonstraram que foram ou são sim violentos em seus relacionamentos, apenas não identificam algumas atitudes como violência. É importante ressaltar que esta porcentagem teve uma variação muito pequena quando se observa a classe social dos entrevistados.

A pesquisa “Participação político-social - Justiça e vitimização”, realizada pelo IBGE em 1988, revelou que 63% das vítimas de violência doméstica eram as mulheres, e que em 70% dos casos, o agressor era seu companheiro. A pesquisa, apesar de revelar uma dimensão escondida da vida familiar, é apontada como genérica por Soares (2006). Para a autora, os pesquisadores de criminalidade urbana tendem a desconsiderar a violência doméstica como parte do que se precisa refletir sobre segurança pública. Soares faz uma crítica às pesquisas conduzidas sobre violência, pois ou excluem a violência doméstica da realidade da segurança pública ou é conduzida apenas pelo viés de gênero, tendo como amostra apenas mulheres e resultando em dados que reiteram as próprias premissas. Esta fragmentação das abordagens, diz Soares, compromete uma compreensão geral do cenário e de como os dados se conectam em um plano mais amplo.

Ao revisar a bibliografia disponível sobre violência doméstica, principalmente no que diz respeito a violência em relacionamentos afetivo-sexuais, tem-se a impressão que o recorte mais estudado é o que confronta com estudo de gênero, geralmente analisando os casos de homem na posição de agressor e a mulher na posição de vítima. Silva, Coelho e Caponi (2007), analisaram 1.242 fichas cadastrais de pessoas atendidas pelo Centro de Atendimento a Vítimas de Crime (Cevic) de Florianópolis, Santa Catarina, e constataram que 78% dos indivíduos atendidos eram mulheres que sofreram

agressão física, psicológica e/ou sexual de seus companheiros. Outro estudo, realizado por Rennison e Welchans (2000) nos Estados Unidos, indicou que, no ano de 1998, a autoria de 1.830 homicídios naquele país foi atribuída ao cônjuge da vítima, sendo que $\frac{3}{4}$ das vítimas foram mulheres.

Assim, não é impossível aferir que há sim uma relação muito forte entre violência doméstica e violência de gênero. O comportamento abusivo em relacionamentos é muitas vezes gerado nas desigualdades de gênero e na ideia de dominação do homem sobre a mulher. Ainda que a violência doméstica também parta das mulheres e também tenha homens como vítima (PAIVA; FIGUEIREDO, 2003) é inegável que os abusos são motivados intensamente, ainda que não somente, por questões de gênero (FERNANDES, 2007; SANTOS, IZUMINO, 2005; CELMEN, 2010).

A relação entre os estudos de gênero e pesquisas sobre violência doméstica pode ser entendida melhor quando se reflete o campo acadêmico, já que foi o movimento feminista o primeiro a alertar sobre a violência que acontecia nos espaços íntimos, caracterizada principalmente por agressões físicas e psicológicas. A violência contra a mulher é a materialização das relações desiguais de poder, com a ideia do homem em posição hierárquica superior à da mulher. Nos papéis sociais designados a cada gênero, da mulher é esperada obediência, submissão e delicadeza, enquanto que do homem é esperada dominação, força e liderança. Estas características opostas colocam homens e mulheres em uma configuração que favorece o controle do homem sobre a mulher. O movimento feminista, principalmente na segunda onda na década de 1960, contribuiu para que estes atributos de cada gênero passassem a ser questionados e, como consequência, questionar também as relações de poder entre masculino e feminino (FALCKE *et al*, 2009).

Cortez e Souza (2010) realizaram um estudo qualitativo com quatro mulheres que apresentaram queixa contra seus maridos. Além da denúncia, outro fator comum entre as mulheres era presença simultânea de aspectos tradicionais com pequenas subversões, como trabalho assalariado, posicionamentos sobre a vida sexual e amizades fora do convívio do casal. Estes aspectos empoderavam as esposas ao mesmo tempo em que intimidavam e despertavam a agressividade dos parceiros, que viam sua masculinidade e poder ameaçados. Ao denunciar os parceiros, essas mulheres tiveram que superar a vergonha de terem sido agredidas, a vergonha do julgamento de amigos e familiares e o medo de abalar a família.

Celmer (2010) aponta que “por muito tempo, as violências contra a mulher foram socialmente aceitas, o que impregnou as identidades culturais de homens e mulheres de um grau elevado de tolerância para com tais manifestações de agressividade” (p.74). As agressões contra as mulheres receberam aceitação sociocultural por um período de tempo tão longo que, mesmo com uma legislação que a condena, as pessoas ainda têm dificuldade de reconhecer essas agressões como sendo violência.

A autora, porém, acredita que não se pode reduzir a violência doméstica à uma visão maniqueísta que coloca a mulher como “eterna vítima” do homem. Como argumento, traz a pesquisa *National Family Violence Survey*, aplicada nos Estados Unidos em 1975 e reaplicada em 1985, utilizando uma mostra de 2.143 e 6.002 famílias, respectivamente, que revelou, entre outros dados, que 12,4% dos maridos haviam agredido suas esposas e 11,6% das mulheres agrediram seus maridos.

Soares (2006) critica a forma como estudos sobre violência doméstica são conduzidos, afirmando que pesquisas unilaterais, ou seja, que focam nas mulheres, trazem dados limitados sobre “uma violência que é, por natureza, relacional” (SOARES, 2006, p.6). Esta pesquisadora não nega o caráter sexista dos relacionamentos abusivos, mas cita dados que ampliam a percepção sobre o tema, como o *British Crime Survey*, de 2004, realizado na Inglaterra e País de Gales com 22.463 homens e mulheres de 15 a 59 anos e que, segundo a autora, obedeceu a metodologia recomendada para esse tipo de pesquisa. Este estudo mostrou que, em 2003, 46% das mulheres e 41% dos homens haviam sofrido agressões físicas de parceiros que resultaram em ferimentos leves. Assim, ainda que predomine a vitimização feminina, a vitimização masculina é um fenômeno real que merece ser mais bem estudado. Além disso, homens heterossexuais não denunciam situações de abuso, pelo constrangimento em confessar sofrer agressão da parceira. Além da vergonha, a mulher, enquanto agressora, se vale mais da violência psicológica, não-material e difícil de ser identificada e comprovada (GOMES, 2003).

A violência conjugal não é uma ação unidirecional, em que um apenas comete a violência e o outro apenas a recebe, mas bidirecional, e sua compreensão não deve ficar reduzida à ideia de subalternidade feminina. Este debate deve ser amplo, uma vez que “quando as interpretações teóricas ficam limitadas à dicotomia do homem agressor e mulher vítima, ocorrem reducionismos na compreensão da violência conjugal” (FALCKE *et al*, 2009).

Há de se considerar também o caráter relacional da violência conjugal. Brandão (2006) ouviu o relato de 32 mulheres em uma Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres (Deam), no Rio de Janeiro, que admitiam brigas, gritos, empurrões, tapas, mordidas e arranhões como parte constante de seus relacionamentos. Essas mulheres procuravam a Deam, porém faziam ressalvas quanto à sua posição de vítima ao reconhecerem seus próprios atos agressivos.

É importante esclarecer também que a violência conjugal não é exclusividade de relacionamentos heterossexuais. Os abusos em relacionamentos homossexuais são menos estudados, mas um estudo divulgado em 2014 pela Escola Feinberg de Medicina da Northwestern University, em Chicago, realizado por meio de análise de pesquisas anteriores, indica que 25% a 75% de lésbicas, gays e transsexuais já foram vítimas de violência doméstica. Outra pesquisa, conduzida pelo Centro de Prevenção e Controle de Enfermidades dos Estados Unidos, com mais de 16 mil participantes, aponta que o número de homens e mulheres homossexuais que sofreram abuso físico, sexual e psicológico de seus companheiros é semelhante ao encontrado entre homens e mulheres heterossexuais.

Deeke *et al* (2009, p. 249) observa que a “violência nas relações entre parceiros expressa dinâmicas de afeto e poder e denunciam a presença de relações de subordinação e dominação”, e essa dinâmica se intensifica quando há uma “distribuição desigual de privilégios, direitos e deveres dentro do ambiente doméstico” (DEEKE *et al*, 2009, p. 249).

Falcke *et al* (2009) levantam alguns fatores de risco de violência conjugal, tais como a falta de autonomia de um dos parceiros, a ideia de que um dos parceiros é a autoridade hierárquica da relação e justificar os abusos como sendo legítimos, consequência de faltas da vítima e do direito do vitimizador de punir o outro, dependência. Estas autoras consideram também que ter vivenciado atos de violência conjugal entre os pais e responsáveis na infância aumenta a chance de se envolver novamente em situações de violência na vida adulta. A experiência deixa marcas profundas, a criança experimenta confusão por amar o agressor, o que a leva a procurar justificativas que amenizem a culpa do agressor e a gravidade da agressão. No futuro, tendem a repetir esses padrões de comportamento.

Observa-se que falta clareza na percepção sobre violência conjugal. Em pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo em 2001, 19% das mulheres declarou ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem e 16% relataram ter sofrido

violência física por parte de um homem. Porém, quando perguntadas por diferentes formas de agressão, esses números subiram para 43% das mulheres que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência cometida por um homem e 33% disseram já ter sofrido violência física, o que indica como a compreensão dessa violência ainda é limitada, inclusive por parte das próprias vítimas (SOARES, 2006).

O agressor reconhece apenas os excessos de sua agressividade. Culpam o outro pelo seu descontrole, justificam que o outro agiu em desacordo com o que era esperado ou correto, o que desencadeou a fúria do agressor (FALCKE *et al*, 2009). Usaola *et al* (2006) conduziram um estudo com mulheres que sofreram abusos físicos, e foi constatado que 47% dessas mulheres consideravam a agressão culpa do parceiro. Entretanto, 37,3% se sentiam responsáveis pelas agressões e 15,1% atribuíam a responsabilidade aos dois. Outro dado pertinente deste estudo é 46% das mulheres que presenciaram violência doméstica na infância se culpou pela agressão sofrida na vida adulta, em contraponto com a taxa de 27,5% de mulheres que não tiveram a mesma experiência quando crianças mas que assumem a culpa no presente, indicando uma relação de perpetuação da violência entre gerações.

O estudo realizado por Deeke *et al* (2009) recolheu depoimentos de homens acusados de agredir suas companheiras, e verificou-se que o discurso desses homens minimiza as agressões e desqualifica a denúncia feita pelas mulheres. Nos relatos masculinos, foi comum observar atos de abuso físico e verbal sendo justificados como de menor importância, como prática ordinária na rotina de um casal e como reação a uma agressão anterior praticada pela mulher.

A violência conjugal se dá entre o casal que alimenta um vínculo violento. Existe uma dinâmica cíclica da violência conjugal, de grande importância para o estudo de relacionamentos abusivos: (i) Construção da tensão, pequenos incidentes e atritos que vão se somando por um período de tempo; (ii) Tensão Máxima, perda do controle que resulta em explosões de agressividade; (iii) Lua-de-mel, após a agressão vem o arrependimento, a promessa de mudar, de não repetir os episódios violentos, de restaurar a harmonia do casal. Assim, casais podem se manter em relacionamentos abusivos por longos períodos, sempre achando justificativas para persistir. O sentimento de afeto e a esperança de que o parceiro mude estão ao lado do medo, da vergonha e da dependência financeira e emocional na lista de razões pelas quais as pessoas insistem em relacionamentos nocivos (FALCKE *et al*, 2009).

As denúncias dos episódios de tensão máxima são tentativas de romper com esse ciclo. Muitas vezes, o objetivo da denúncia não é a efetiva punição do acusado, mas uma forma de prevenir uma nova agressão, de “assustar” o agressor e inibir o comportamento violento no futuro. Desta forma, muitas das queixas são retiradas quando o relacionamento avança para a fase da lua-de-mel. Um estudo conduzido por Saffioti (1999), tendo como base 178 denúncias feitas a Delegacia de Defesa da Mulher em São Paulo, apontou que 70% dos casos foram arquivados, 21% absolvidos e apenas 2% chegaram à condenação. Para Saffioti, este alto número de retirada de queixas é interpretado pelos policiais ou como sinal de fraqueza de caráter ou como intensa submissão e dependência da mulher denunciante.

Prestar queixa é uma decisão delicada para muitas vítimas de violência doméstica. Muitas relatam constrangimento ao admitir sofre agressão de seus parceiros (DEEKE *et al*, 2009; FALCKE *et al*, 2009; CELMER, 2010). Falcke *et al* (2009) afirma que “nenhum homem ou mulher quer admitir para o mundo que sofreu violência física do(a) parceiro(a) amoroso(a), pois a maioria das pessoas quer demonstrar que tem uma família feliz”, ideia compartilhada por Celmer (2010), que ressalta que grande parte das mulheres ainda são educadas para serem boas esposas, e denunciar a agressão sofrida é admitir o fracasso de sua relação e a frustração com o papel que deveriam desempenhar. É doloroso admitir a violência e desfazer a imagem de união feliz e harmoniosa. Ao constrangimento, soma-se crença de que assuntos privados não devem ser expostos, a dependência financeira, a dependência emocional, a preocupação com filhos e família, o medo de agressões ainda mais violentas. Estes fatores inibem a denúncia ou motivam a sua retirada.

3.2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS

Ao retomar a definição dada pela Lei nº 11.340, *violência psicológica* no contexto de violência doméstica é toda ação que resulte dano emocional ou diminuição da autoestima da vítima, que prejudique seu desenvolvimento, que exerça controle sobre as ações, comportamentos, crenças e decisões do parceiro, que faça uso de “ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir”, e qualquer conduta que resulte em danos à saúde psicológica do

parceiro (BRASIL, 2006). A Organização Mundial da Saúde (1998) cita como formas de violência psicológica a ofensa verbal de forma repetida, reclusão ou privação de recursos materiais, financeiros e pessoais, ofensa verbal de forma repetida, reclusão ou privação de recursos materiais, financeiros e pessoais.

O abuso psicológico, por seu caráter imaterial, é tido como a forma mais sutil de violência, muitas vezes passando despercebido tanto por agressor quanto por agredido. Fernandes (2013) considera que esta forma de agressão consiste “em uma atitude de controle e rebaixamento da vítima pelo agressor” e que a “violência psicológica é uma violência que destrói e subjuga silenciosamente e se mantém por não ser identificada” (p. 113).

A autora estima que seja a forma menos denunciada de violência, uma vez que a vítima pode não se dar conta de que está sendo violentada, que as agressões psicológicas são, de fato, agressões. Muitas vezes, o início é sutil, sendo visto como uma forma de cuidado do agressor para com a vítima. São pequenas orientações e conselhos, a princípio inofensivos, mas que se configuram como controle de um parceiro sobre o outro, que evolui para o rebaixamento moral da vítima. Não são ações isoladas, mas sim um padrão de comportamento, em que o controle que uma das partes exerce sobre a outra aumenta na medida em que o parceiro controlado vai sendo diminuído e submetido ao julgamento do outro. A dificuldade de identificar a violência psicológica se dá também porque a vítima passa a se sentir culpada pelo comportamento do agressor, como se o maltrato recebido fosse consequência das más ações da vítima, e não do caráter violento do agressor.

Falcke *et al* (2009) consideram que “os parâmetros para a definição desse tipo de violência são os limites e regras de convivência, que são muito subjetivos”, e que, por ser imaterial, tem sua identificação por terceiros dificultada, fazendo com que o número de denúncias seja maior em comparação com outros tipos de violência

Silva, Coelho e Caponi (2007) concordam que existe dificuldade em identificar a violência psicológica nos relacionamentos afetivo-sexuais, sendo muitas vezes imperceptível para os envolvidos. As autoras salientam também que muitas vezes a vítima busca formas de justificar o comportamento do agressor, se tornando cúmplice do próprio sofrimento. Cria desculpas para a violência sofrida, colocando a culpa em atitudes delas mesmas que provocaram a agressividade do parceiro, ou em situações externas, como bebida ou estresse. Dessa forma, acabam por legitimar a violência no relacionamento, contribuindo para que ela evolua.

Silva, Coelho e Caponi (2007), listam uma série de atos que se enquadram como violência psicológica, em uma perspectiva de violência contra a mulher, mas que pode ser considerada também tendo o homem como vítima:

[...] caçoa da mulher; insulta-a; nega seu universo afetivo; jamais aprova as realizações da mulher; grita com ela; insulta-a repetidamente (em particular); culpa-a por todos os problemas da família; chama-a de louca, puta, estúpida etc; ameaça-a com violência; critica-a como mãe, amante e profissional; exige toda atenção da mulher, competindo zelosamente com os filhos; critica-a reiteradamente (em público); conta-lhe suas aventuras com outras mulheres; ameaça-a com violência a ser dirigida aos filhos; diz que fica com a mulher apenas porque ela não pode viver sem ele; cria um ambiente de medo; faz com que a mulher fique desesperada, sofra depressão e/ou apresente outros sintomas de enfermidade mental; suicídio (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007)

Como consequência dessas agressões, as vítimas são expostas a ofensas ridicularizações públicas e privadas que lhes causam grande sofrimento. As autoras consideram que, para algumas mulheres, o terror de estar sob constante ataque por parte do companheiro é uma agressão emocional tão ou mais grave que uma agressão física, por abalar sua autoestima, bem-estar, sensação de segurança e confiança em si mesma. Permanecer sob tortura mental que é conviver com o medo da violência é, por si só, uma grave forma de violência psicológica.

Ainda que com caráter imaterial e incorpóreo, a violência psicológica deixa sequelas físicas e emocionais. Pessoas envolvidas em um relacionamento com abuso psicológico não raramente apresentam dores crônicas (costas, cabeça, pernas, braços etc), síndrome do pânico, ansiedade, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares. Por este motivo, considerando a qualidade de vida dos indivíduos e os prejuízos ao Estado com tratamentos para estes males, a violência psicológica inserida em relacionamentos afetivo-sexuais deve ser encarada como uma questão de saúde pública, buscando formas de prevenção e tratamento, e preparando profissionais das áreas da saúde, segurança e educação para identificar este problema e saber como proceder (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Outro aspecto perigoso do abuso psicológico é a possibilidade de ser prenúncio para violências cada vez mais graves. Silva, Coelho e Caponi advertem que a “violência se inicia de uma forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e consequências”, cerceando a liberdade da vítima, causando constrangimento e humilhação e podendo culminar em violência física. As agressões possuem a lógica

perversa de minar a autoestima de quem as recebe, fazendo com que a vítima tolere cada vez mais as agressões e se sujeite à um relacionamento abusivo.

As mesmas autoras chamam atenção para o fato de que violência psicológica é uma categoria negligenciada pela imprensa, que se limita a reportar casos extremos de violência doméstica, quase exclusivamente os que resultam em graves manifestações de agressão física ou mesmo o assassinato da vítima. A mídia reforça a ideia de que a violência doméstica é inferior à violência urbana em quantidade e gravidade, e por isso merece menos visibilidade. A negligência acontece também na academia, que produz poucos estudos sobre o tema. Se tivesse mais destaque e notoriedade, a sociedade estaria mais preparada para identificar e combater a violência psicológica (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

Saffioti (2002) endossa a percepção de que esta violência é ignorada pela sociedade, afirmando que violência doméstica é punida apenas quando “extrapola os limites do exercício da dominação-exploração socialmente aceitos” (p. 32).

Celmer (2010) ressalta o caráter cultural como grande influenciador na construção dos aspectos psicológicos dos seres humanos e, portanto, “enquanto as violências estiverem arraigadas nos seres como maneira preponderante de comunicação, as situações de violência irão continuar” (CELMER, 2010, p. 87). A autora, entretanto, adverte que mudar “padrões culturais é uma das mais árduas tarefas de serem operadas” (CELMER, 2010, p. 87), apesar de a mudança ser necessária para abolir a violência, em todas as suas manifestações, dos relacionamentos.

3.3 REPRESENTAÇÃO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS NA MÍDIA

Violência psicológica raramente é reportada nos veículos de comunicação, como é apontado por Silva, Coelho e Caponi (2007). Segundo estes pesquisadores, ao noticiar casos de agressão doméstica, a mídia negligencia os casos de violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais, reportando apenas os casos de violências extremas. Chaves (2015, p.2) discorre especificamente sobre violência contra a mulher, afirmando que esta ainda é amenizada pela sociedade e pela legislação, diretamente ou por omissão. Uma mudança neste cenário, defende a autora, exigiria tanto uma mudança de leis quanto a discussão sobre o tema “identidade de gênero” em todos os âmbitos de

ensino, incluindo a formação dos comunicadores sociais, uma vez que, como produtores de conteúdo, serão também formadores de opinião.

Devido à sutileza com que a violência psicológica se manifesta, Silva, Coelho e Caponi (2007) ressaltam a importância de o tema ser divulgado, para que a sociedade passe a identificar os sinais deste abuso a fim de inibi-lo. Neste sentido, a mídia se apresenta como instrumento de educação sobre o tema. Casagrande e Peruzzulo citam Freire e Carvalho para realçar o papel da mídia como um dos instrumentos sociais mais significativos na formação de esquemas de interpretação do mundo: “Os meios de comunicação nos indicam o que pensar, o que sentir, como agir” (FREIRE; CARVALHO, 2008, p. 156, *apud* CASAGRANDE; PERUZZULO, 2012, p. 251). Esta convicção atribui um poder hiperbólico de influência aos meios de comunicação, mas apontam que a forma como a mídia aborda determinado tema pode sim interferir opinião pública.

Njaine e Vivarta (2005) defendem que a mídia favorece a criação de políticas públicas de segurança, sejam de caráter repressivo ou preventivo, ao selecionar quais assuntos estarão em debate na esfera pública. Os autores enxergam os meios de comunicação não como incentivadores da violência ao ilustrá-la, mas como instrumento de controle social, podendo apresentar o tema de forma sensacionalista ou de forma contextualizada. Njaine e Vivarta sustentam que a mídia pode cobrir o tema da violência de forma a investigar possíveis causas e soluções, ampliando e fundamentando o debate.

Sobre a cobertura jornalística da violência, estes autores relatam uma falta de preparo dos jornalistas, que “trata[m] o fenômeno a partir do fato violento em si, desconsiderando as causas e o contexto” (NJAINÉ; VIVARTA, 2005, p. 74). Os autores repreendem o que chamam de “linha sensacionalista”, programas ou veículos cuja linha editorial não colabora para o enfrentamento à violência, espetacularizando e banalizando agressões e conflitos.

Quanto à cobertura de violência sexual, citam a pesquisa “O Grito dos Inocentes - Os Meios de Comunicação e a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”, que estudou 718 matérias jornalísticas publicadas entre 2000 e 2001 em 49 jornais brasileiros. A pesquisa apontou que 67,5% destas matérias apenas relatam os crimes, sem apresentar causas ou formas de reduzir a ocorrência destes crimes.

Para discorrer sobre a representação da violência doméstica, citam o estudo “Violência Física Doméstica Contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa” (GUERRA, 1995, *apud* NJAINÉ; VIVARTA, 2005, p. 81), que analisou 2.992 notícias de cinco

jornais do estado de São Paulo. Esta pesquisa constatou que a grande maioria dos textos não trazia contextualização nem incentivos para denúncias de outros casos.

Chaves, baseada em outro autor (RIBEIRO, 1996, *apud* CHAVES, 2015, p.4), denuncia que os meios de comunicação agem de acordo com ideologias próprias e, portanto, não divulgam conteúdos sem que estes representem esta ideologia. A mídia possui o poder de interferir na forma como acontecimentos históricos serão vistos pelo público. A autora acusa jornais e telejornais de noticiarem violência doméstica como crime passionai. Segundo Chaves, o “jornalismo policial apresenta o tema descontextualizado da realidade social em que está inserido, muitas vezes, nem sequer citando a existência da Lei Maria da Penha e quais os tipos de violência previstos nela” (CHAVES, 2015, p. 5).

Casagrande e Peruzzolo (2012) apontam os meios de comunicação como “os grandes responsáveis pela disseminação de informações e conteúdos dos mais variados temas” (CASAGRANDE; PERUZZOLO, 2012, p. 247). Portanto, o que se divulga pela mídia tem impacto na sociedade. Citando Contrera (1999, p. 11 *apud* CASAGRANDE; PERUZZOLO, 2012, p. 253), os autores afirmam que os meios de comunicação fazem da violência um espetáculo, dramatizando-a de forma exagerada e grotesca, ao mesmo tempo em que desconsideram as formas mais sutis de violência e, desta forma, acabam por expandir a violência como um todo. Esta análise pode ser aplicada nos casos de violência doméstica que recebem atenção da mídia, reforçando a ideia de que apenas os casos de agressão física extrema são noticiados, enquanto a violência psicológica é desprezada.

Casagrande e Peruzzolo (2012, p. 251) fornecem uma reflexão possível para o desinteresse dos meios de comunicação em noticiar abuso psicológico. Os autores atribuem três funções básicas da mídia: educação, informação e entretenimento, sendo que esta última se sobrepõe às outras duas por atender interesses econômicos. Narrativas de violência psicológica, por sua vez, podem não atrair audiência.

4. “FEITO SOCO - QUANDO O AFETO DIVIDE ESPAÇO COM O ABUSO PSICOLÓGICO”: UMA WEB REPORTAGEM

Como previsto na metodologia, este trabalho se iniciou com a investigação teórica sobre webjornalismo e o formato “web reportagem” e com sobre o tema “violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais”, do ponto de vista sociológico, antropológico e do campo da psicologia. A partir da pesquisa inicial, deu-se o processo de pré-produção do conteúdo jornalístico.

Retomando o objetivo geral, buscou-se desenvolver uma reportagem para internet fazendo uso de recursos midiáticos, seguindo o modelo de *transmedia storytelling*. O ciberespaço tem potencial para abrigar diferentes gêneros jornalísticos, como defende Ventura e Ito (2016): “Haveria espaço, na web, tanto para notícias curtas, instantâneas e *breaking news* quanto para a profundidade em formas narrativas maiores, passando por uma ampla gama de possibilidades” (VENTURA; ITO, 2016, p.51). O que se buscou produzir foi uma narrativa de fôlego, abordando o tema a partir de diferentes perspectivas.

O capítulo III deste trabalho se mostrou um eficiente organizador de informações e fonte de compreensão do tema, útil no momento de pensar nos especialistas que deveriam ser ouvidos, em que perguntas fazer e que conteúdo seria mais pertinente para a reportagem. Nesse sentido, a observação feita por Silva, Coelho e Caponi (2007) de que violência psicológica não é noticiada pela mídia intensificou o sentimento de responsabilidade em tratar de um tema delicado.

Tendo em mãos dados e reflexões sobre violência psicológica em relacionamentos afetivo-sexuais, a próxima etapa foi considerar quais especialistas poderiam ser consultados para discorrer sobre o tema. Buscou-se fontes de autoridade na área da antropologia, para um entendimento sobre a construção histórica e social de relacionamentos e da violência; do Direito, para compreender como agressão física é entendida pela legislação brasileira, visto que está prevista na Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha; e, principalmente, do campo da psicologia, para investigar o comportamento agressivo, suas causas e suas consequências nos indivíduos.

Para direcionar o desenvolvimento do produto, organizou-se uma pauta, elaborada com o auxílio da Prof^a. Dr^a Myrian Del Vecchio de Lima, orientadora deste trabalho, tendo como base os objetivos gerais e específicos, a problematização e a metodologia descritos na introdução do memorial teórico. A pauta pretendia responder

às duas principais perguntas apontadas na problematização: “Por que os indivíduos se submetem a este tipo de abuso? Por que as pessoas são violentas em um relacionamento deste tipo?”. Com a pauta e o direcionamento das fontes especialistas necessárias, foi montado um roteiro de perguntas para cada área a ser consultada.

Consultando o corpo docente do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a professora colaboradora e mestra em Antropologia Social Fernanda Moraes de Azeredo mostrou-se adequada para dar entrevista sobre o tema, visto que possui experiência em Estudos de Gênero. A conversa foi feita via videoconferência, já que Moraes estava fazendo doutorado fora do país no momento.

Para explicar como a Lei lida com violência psicológica, principalmente pelo que é descrito na Lei Maria da Penha, acionou-se a Delegacia da Mulher do Paraná, em Curitiba. A delegada Sâmia Coser concedeu entrevista, que foi registrada em vídeo e áudio.

Para encontrar psicólogos, recorreu-se ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Entretanto, poucos dos professores contatados deram resposta, e, entre os que responderam, a maioria não tinha disponibilidade ou a área de pesquisa era muito distante do tema deste trabalho. A Profa. Dra. Maria Virginia Filomena Cremasco (CRP 08/16007), psicanalista e especialista em sexualidade masculina e feminina e em psicopatologia, concordou em colaborar. A fala de Cremasco foi registrada em áudio e vídeo.

Mais três psicólogos, com abordagens distintas, foram ouvidos para a reportagem. Esses profissionais foram indicados por um jornalista que já havia trabalhado com eles antes, para outros produtos jornalísticos. A psicóloga Cleia Oliveira Cunha (CRP 08/00477) atua nas áreas clínica e sócio-comunitária, tem formação em Terapia Familiar e de Casal e já foi Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Flávio Voight (CRP 08/19733) é especialista em Aconselhamento Existencial-Existencialista e segue a abordagem junguiana (psicologia analítica que tem base nos estudos de Carl Gustav Jung). Por fim, a psicanalista Regina Célia Celebrone Lourenço (CRP 08/06176), que trabalha com atendimento clínico, linguagem, grupos e o social. Todas essas entrevistas foram feitas pessoalmente e gravadas em áudio e vídeo.

Identificou-se a existência de redes de apoio presenciais e virtuais para mulheres que viveram relacionamentos abusivos. Aqui, destaca-se o grupo secreto na

rede social Facebook chamado “Será que meu relacionamento é abusivo?”, o aplicativo “Mete a Colher” e o grupo Mulheres que Amam Demais Anônimas (MADA). Procurou-se entrevistar uma representante de cada um desses grupos, porém não foi possível entrar em contato com o MADA. Uma das 12 Tradições em que o grupo se baseia é a defesa do anonimato e evitar a exposição em meios de comunicação. Larissa Oliveira e Francine Flor, mediadoras do grupo de Facebook, e Lhaís Rodrigues Silva, desenvolvedora do aplicativo, foram entrevistadas via telefone, por serem de outras cidades.

Além de especialistas, foram ouvidas pessoas que já passaram por relacionamentos afetivo-sexuais com a presença de violência psicológica. Para encontrar essas pessoas, a comunidade virtual “Será que meu relacionamento é abusivo?” foi bastante útil, além de oferecer bastante informação sobre o tema e permitir observar relatos de quem sofreu relacionamentos abusivos. Entretanto, por se tratar de um grupo exclusivo para mulheres, prejudicou a diversidade de gênero. Apenas um homem aceitou ser entrevistado. Este rapaz foi indicado por uma amiga em comum. A escassez de figuras masculinas pode ser explicada pelo argumento de Gomes (2003), de que homens heterossexuais se sentem constrangidos em admitir a agressão sofrida pela parceira e não denunciam o abuso.

Recolheu-se o depoimento de seis pessoas, de idades e cidades diferentes. Todas as fontes personagens optaram por permanecer anônimas na reportagem. Assim, seus nomes foram trocados para preservar suas identidades. R. D., 27 anos, foi chamada de Taís. C. S., 31 anos, foi nomeada como Letícia. B. A., 30 anos, recebeu o nome de Jéssica. L. M. de S., 26 anos, recebeu o apelido de Bianca. A. F., 31 anos, nomeada como Joana. Por fim, H. W., 21 anos e único homem entrevistado, foi chamado de Vitor. Os depoimentos foram transcritos e editados por questões de espaço e clareza. Pela sensibilidade do tema e para evitar sensacionalismo, optou-se por expor a fala dessas pessoas apenas por texto, para deixá-las mais à vontade e expor menos esse momento conturbado de suas vidas.

Tendo reunido dados, informações e as entrevistas exigidas pela pauta, iniciou-se o processo de montagem da reportagem. O texto foi o fio condutor da narrativa, e os recursos multimídia foram incorporados ao longo do escrito para enriquecer o conteúdo e tornar a leitura mais dinâmica.

A fala dos psicólogos foi organizada em uma série de quatro vídeos, dispostos ao longo da reportagem: “O jogo de dominação”, “A dor de permanecer”, “Perceber a

própria violência” e “Deixar-se ir”. Foram editadas em materiais audiovisuais que permitem perceber as diferentes formas com que cada profissional lida com a questão. A entrevista com a delegada Sâmia Coser também resultou em um material audiovisual de aproximadamente 9 minutos, que foi incorporado à reportagem com o título “O lado da lei”.

Por não ser possível o encontro pessoalmente com a antropóloga Fernanda Azeredo de Moraes e pela conexão não permitir gravação de vídeo ou áudio com qualidade, a fala foi registrada em áudio de qualidade inferior, transcrita e editada como uma entrevista com perguntas e respostas, chamada de entrevista ping-pong. Esse texto foi acrescentado à reportagem por abordar também temas tangentes à pauta, que oferecem outras possibilidades de reflexão sobre violência e relacionamentos afetivo-sexuais.

As conversas com Larissa Oliveira e Francine Flor, do grupo de Facebook “Será que meu relacionamento é abusivo?” e com a desenvolvedora do aplicativo “Mete a Colher”, Lhaís Rodrigues Silva, foram gravadas em arquivos de áudio, e trabalhadas em um breve material de áudio incorporado à reportagem.

Foi produzido também um vídeo de apresentação da reportagem, sem teor informativo. Este produto apresenta atores diante de um fundo negro, enquanto trechos dos depoimentos de quem viveu relacionamentos abusivos são usados como uma espécie de trilha sonora. O vídeo foi dirigido pela autora do trabalho, com auxílio do prof. Dr. Luís Carlos dos Santos, no laboratório de vídeo do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Os atores foram voluntários.

Finalizada a produção do conteúdo da web reportagem, a etapa seguinte foi a pós-produção: organizar a reportagem em um site, seguindo o modelo estudado TAB UOL, de forma que o resultado final poderia ser hipoteticamente inserido no projeto. Criou-se o domínio <<https://feitosoco.wordpress.com/>>, usando a plataforma WordPress, um sistema de gerenciamento de conteúdo para internet que utiliza código aberto. O WordPress foi escolhido por ser gratuito e oferecer um menu intuitivo para a construção do site, facilitando o manuseio por pessoas leigas em programação, além de ter diversas opções de temas, e suporte para diferentes mídias. Além disso, a plataforma entrega um sítio eletrônico responsivo, que se adapta ao dispositivo usado para acessar a página.

Entretanto, a opção gratuita mostrou-se limitada, com restrições ao que poderia ser personalizado. O ideal seria a versão paga da plataforma, por oferecer mais

liberdade de programação e recursos que seriam interessantes para o produto desenvolvido, como vídeo no cabeçalho do site, fotos preenchendo todo o espaço da página e a possibilidade de incorporar arquivos de áudio e vídeo diretamente na página, sem o intermédio de players como YouTube e SoundCloud.

A web reportagem, intitulada “Feito soco - Quando o afeto divide espaço com o abuso psicológico”, foi disposta da seguinte forma: uma página inicial, contendo a maior parte do conteúdo, sendo um texto de cerca de 24 mil caracteres, diversos hiperlinks, seis vídeos, um arquivo de áudio e dois infográficos. Cada recurso pode ser consumido separadamente, e, em conjunto, complementam as informações. Há ainda uma página para os depoimentos das fontes personagens, uma para a entrevista com a antropóloga Fernanda Azeredo de Moraes, intitulada “Assimetrias de poder e ideais românticos”, outra sobre o projeto e uma última para contato. Apesar de o modelo TAB OUL organizar as reportagens em uma página única, aqui optou-se por dividir o material. Como o conteúdo é abundante, esta disposição se mostrou mais eficiente e agradável para a leitura.

A interatividade ficou com conta da página de contato, que permite a comunicação com o público, e as opções de compartilhamento em redes sociais. Seguindo o padrão usado pelo projeto TAB UOL, a interação é reativa, ou seja, o público pode comentar e compartilhar, mas não participa do processo de produção do conteúdo.

CONCLUSÃO

Tendo finalizado a investigação teórica sobre webjornalismo, web reportagem, *transmedia storytelling* e as possibilidades que podem ser exploradas no jornalismo para internet, e após aplicar esses conhecimentos na prática, produzindo a web reportagem “Feito Soco - Quando o afeto divide espaço com o abuso psicológico”, conclui-se que este gênero jornalístico demanda grande pesquisa inicial e cuidado com a pré-produção. Refletir a priori sobre o que se pretende do produto final é essencial para direcionar a produção da reportagem. Por exemplo, é necessário considerar os recursos transmídia que se pretende utilizar na pós-produção, para planejar sua execução na etapa de produção.

O meio online pede por elementos visuais, e o tema escolhido para o desenvolvimento deste produto é escasso de imagens. Além de tratar de uma violência que é imaterial, havia o cuidado com a identidade e preservação de privacidade dos entrevistados. Essa dificuldade reafirma a importância da pré-produção e também de certa criatividade para elaborar recursos que configurem uma experiência sensorial para o público.

O processo de pós-produção trouxe maior compreensão da multidisciplinaridade exigida pelo webjornalismo. Além da experiência jornalística em diferentes meios, a produção para o ciberespaço pede por compreensão de design e de programação. Espera-se que o produto jornalístico resultante deste projeto tenha alcançado os ideais de multimedialidade e hipertextualidade do webjornalismo, compreendendo especialmente o uso de recursos transmídia que complementam informações e tornem a experiência de consumir uma reportagem longa mais interessante.

Sobre o tema da reportagem, foi surpreendente ouvir o relato de pessoas que passaram por violência psicológica em seus relacionamentos afetivo-sexuais, com suas particularidades e também pontos em comum, gerando uma compreensão sobre o assunto que vai além do que se pode apreender do estudo teórico.

Foi esclarecedor o contato com especialistas de diferentes áreas e abordagens, em especial os contrapontos oferecidos pelos psicólogos e psicanalistas, com perspectivas muito distintas, mas que dialogam. A visão do tema sob o olhar da antropologia também foi bastante relevante, por oferecer um entendimento que ultrapassa a reflexão sobre comportamentos individuais e trazer um contexto mais

amplo. Por fim, foi didática a diferenciação de violência psicológica do ponto de vista da Psicologia e do Direito, proporcionando clareza sobre este aspecto objetivo do tema. Retomando as problematizações iniciais, é um consenso entre os psicólogos que os motivos para alguém permanecer em um relacionamento abusivo são complexos. Além de questões práticas, como dependência financeira, há fatores particulares, até mesmo inconscientes, como traumas originados na infância, dependência emocional, baixa autoestima e o desgaste e fragilidade causados pela relação tóxica. Ainda, há o aspecto sentimental, a esperança de que a situação de abuso possa ser superada. O próprio conceito de abuso psicológico é bastante particular, e os limites entre conflito e agressão divergem de acordo com o contexto emocional de cada um.

Sobre as razões que levam alguém a ser violento, destaca-se a insegurança, a necessidade de se auto afirmar sobre o outro. Há também a reflexão sobre como agressividade é inata ao ser humano, o que não é obrigatoriamente ruim, mas traz a necessidade de equipar os indivíduos com formas construtivas de lidar com as pulsões agressivas, a fim de não resultar em comportamento violento. Seguindo essa reflexão, aponta-se como prevenção a educação sentimental e afetiva, para fortalecer a autoestima e a capacidade de comunicação, evitando que alguém se coloque em situação vulnerável ou aja de maneira agressiva.

Ao considerar agressividade como uma característica humana, e não de gênero, compreende-se que violência doméstica vai além da violência de gênero. Entretanto, a maneira como homens e mulheres são ensinados a lidar com violência, agressão, afeto e relacionamentos são diferentes e muito fortes na sociedade. Essa assimetria resulta na mulher em uma situação mais vulnerável à agressão e o homem em um padrão de masculinidade que, em alguns casos, pode incitar o comportamento agressivo, além de dificultar que, caso seja vítima de abuso, procure ajuda.

Como é citado pela antropóloga Fernanda Azeredo de Moraes, violência diz respeito à assimetria de poder, podendo ser poder financeiro, social, intelectual, entre outros. Na nossa sociedade moldada por valores patriarcais, a assimetria de poder entre os gêneros é muito marcada.

Lembrando a crítica feita por Silva, Coelho e Caponi (2007) sobre como a mídia negligencia a violência psicológica ao noticiar violência doméstica, o produto jornalístico decorrente deste trabalho almeja suprir um pouco dessa falta, entregando uma web reportagem que apresenta o assunto de forma mais aprofundada.

REFERÊNCIAS

ABBEY, A. *et al.* **Alcohol, misperception, and sexual assault: How and why are they linked.** London: Oxford University Press, 1996.

ADORNO, Sergio. *Violência e educação.* Caxias do Sul, **V Simpósio Municipal de educação.** 1998, p.3-25. (mimeo)

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea.** Porto Alegre, Editora EDIPUCRS, 2010

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. *Alguém para odiar.* In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea.** Porto Alegre, Editora EDIPUCRS, 2010, p. 16-23

ALVES, Rosental Calmon. **Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua.** Revista Comunicação e Sociedade, vol. 9-10, 2006, p. 93-102

ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. **Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores.** Psicol. teor. prat. v.7 n.2 São Paulo dez. 2005

BACHMAN, R.; SALTZMAN, L.E. **Violence against women: Estimates from the redesigned survey.** 1995. Estados Unidos da América

BARBOSA, Suzana. *Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais.* In: CANAVILHAS, João. **Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis.** Labcom - Universidade da Beira Interior. 2013. p. 33-54

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração.** Labcom - Universidade da Beira Interior, 2007

BARDOEL; DEUZE. *apud* MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na web.** Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. 2001. Disponível em <https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf> . Acessado em setembro de 2017

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. **A arte da pesquisa.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRANDÃO, E.R. **Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher.** *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, 16:207-231, 2006

BRASIL. LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CAMPALANS, Carolina; RENÓ, Denis; GOSCIOLA, Vicente. Narrativa transmedia: entre teorias y prácticas. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2012
CANAVILHAS, João. *Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web.* In: **Informação e Comunicação Online: Jornalismo Online.** Covilhã: Livros Labcom, 2003, p. 63-73

CANAVILHAS, João Messias. **Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança.** Universidade da Beira Interior – Portugal, BOCC, 2006 (a). <<http://bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-onlinewebjornalismo.pdf>> Acessado em agosto de 2017.

CANAVILHAS, João. *Webjornalismo: Da Pirâmide invertida à pirâmide deitada.* In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração.** Labcom - Universidade da Beira Interior, 2007, p. 25-40

CAPONI, N. C. de; COELHO, E. B. S.; SILVA, L. L. da. *Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica.* **Interface** (Botucatu), vol.11, no.21. Botucatu. Jan./Apr. 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>> . Acessado em maio de 2017.

CASAGRANDE, Magnos Cassiano; PERUZZOLO, Adair Caetano. **O fenômeno da violência e sua relação com meios de comunicação, comunicação humana e Estado.** *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília.* Ano 2012, edição 10. Dezembro de 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade Em Rede - A Era da Informação.** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698 p.

CELMER, Elisa Girotti. *Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável*. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre, Editora EDIPUCRS, 2010, p. 72-88

CHAVES, Fabiana Nogueira. **A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus, AM. 28 a 30 de maio de 2015

CORTEZ, M.B.; SOUZA, L. **Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2008, p.171-180.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne. **Violência: um problema global de saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1163-1178, 2007

DAY, V. P. *et al.* **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. **Revista de Psiquiatria**, RS, 25, suplemento 1, abril 2013.

DEEKE, Leila Platt *et al.* **A Dinâmica da Violência Doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro**. Saúde soc. vol. 18, no. 2. São Paulo, 2009

EDO, Concha. *El lenguaje y los géneros periodísticos en la narrativa digital*. In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. Labcom - Universidade da Beira Interior, 2007, p. 7-24

FALCKE, Denise *et al.* **Violência conjugal: um fenômeno interacional**. Contextos Clínicos, vol.2 no.2. São Leopoldo, dez. 2009. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002>. Acessado em maio de 2017

FARIA, Ernesto (Org.). **Dicionário Escolar Latim-Português**. 4. ed. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação/Ministério da Educação e Cultura, 1967.p. 1067.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o Processo no caminho da efetividade**. Tese de doutorado em Direito Processual Penal, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2013

FIQUEREDO, B.; PAIVA, C. *Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos*. In: **Psicologia, Saúde e Doenças**, 2003. Universidade do Minho, Braga

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. DA FALA DO OUTRO AO TEXTO NEGOCIADO: DISCUSSÕES SOBRE A ENTREVISTA NA PESQUISA QUALITATIVA. **Paidéia**, Salvador, Ba, p.139-152, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

GOMES, R.A. 2003. **Mulher em situação de violência sob a ótica da saúde**. In: M.C.

MINAYO; E.R. SOUZA (eds.), *Violência sob o olhar da saúde: Infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, p. 199-222.

IANNI, Octávio. *Violence in contemporary society*. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. 432 p.

LENZI, A. *Multimídiação como Valor-Notícia de Construção: A Experiência do UOL TAB. Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo*, [s.l.], v. 3, n. 1, p.159-174, 30 mar. 2016. *Revista Latino-americana de Jornalismo - ANCORA*. <http://dx.doi.org/10.21204/2359-375x/ancora.v3n1p159-174>.

LEVISKY, David Léo. *Uma gota de esperança*. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre, Editora EDIPUCRS, 2010, p. 6-12

LEVY, Lídia; GOMES, Isabel C. *Relação conjugal, violência psicológica e complementaridade fusional*. **Psicol. clin.** vol.20 no.2. Rio de Janeiro, 2008.

LOPES, B. A. G. **Livro-reportagem “Retrato de Glória”**. 2014. 29p. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Comunicação Social). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. [Orientador: Prof. Dr. Ernane Corrêa Rabelo]

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf>. Acessado em setembro de 2017.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na web**. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. 2001. Disponível em <https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf> . Acessado em setembro de 2017

MIELNICZUK, Luciana. **Webjornalismo de Terceira Geração: continuidades e rupturas no jornalismo desenvolvido para a web**. XXVII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004, Porto Alegre. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/33239839420892013900619660266793099419.pdf>>. Acessado em outubro de 2017

MINAYO, Maria Cecília de S.. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1994, vol.10, suppl.1, pp.S7-S18. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>.

MURTA, S. G. *et al.* **Prevenção primária à violência no namoro: uma revisão de literatura**. **Contextos Clínicos**, volume 6, nº 2, julho-dezembro 2013.

NJAINE, Kathie; VIVARTA, Veet . *Excessos e avanços*. In: **UNICEF. (Org.). Direitos Negados - a violência contra a criança e o adolescentes no Brasil**. Oed.Brasília: UNICEF, 2005, v. 0, p. 71-95.

Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Carvalhaes, R. (2011). *Violência nas relações afetivo-sexuais*. In M. Minayo, S. Assis, & K. Njaine (Eds), **Amor e violência: Um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros** (pp. 87-151). Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz

OMS. Organização Mundial de Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. La unidad de salud de la mujer de la OMS. **Violencia contra la mujer: un tema de salud prioritario**. Ginebra, 1998

PAINS, Clarissa. **Após caso do ‘BBB’, especialistas debatem relacionamentos abusivos**. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/apos-caso-do-bbb-especialistas-debatem-relacionamentos-abusivos-21195889>> . Acessado em 11 de junho de 2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASSESSORIA DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016 IBOPE Inteligência** - Brasília - DF

RENISON, C.M. ; WELCHANS S. **Intimate Partner Violence**. **Bureau of Justice Statistics**, Special report, U.S. Department of Justice, May, 2000

RENÓ, Denis; RENÓ, Luciana. Linguagens e interfaces para o jornalismo transmídia. In: CANAVILHAS, João. **Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis**. Labcom - Universidade da Beira Interior. 2013

ROCHA, Z. Paixão. **Violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996. p. 10.

RUSH, M.E. **Young woman's experiences of dating violence: A phenomenological study**. Dissertation Abstracts International, section B: The Sciences and Engineering, 2000.

SACRAMENTO, Livia de Tartari e; REZENDE, Manoel Morgado. **Violências - Lembrando alguns conceitos**. Aletheia, n.24, Canoas, dez. 2006

SAFFIOTI, H.I.B. *O estatuto teórico da violência de gênero*. In: J.V.T. SANTOS (ed.), **Violência no tempo da globalização**. São Paulo, Hucitec, p. 145-163, 1999

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência contra a mulher e violência doméstica*. In: BRUSCHIBI, C.; UMBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos, 2002. p. 321 – 338

SANTOS, M.s.g. *O Uso da Narrativa Transmídia para Revigoração do Gênero Reportagem*. **Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.66-80, 30 mar. 2016. Revista Latino-americana de Jornalismo - ANCORA. <http://dx.doi.org/10.21204/2359-375x/ancora.v3n1p66-80>.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. Interface (Botucatu), vol.11, no.21, Botucatu Jan./Apr. 2007

SOARES, Bárbara Musumeci. **A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO**. Documento apresentado para discussão no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. IBGE, 2006

STRAUS, M.A.; SWEET, S. **Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics**. 1992. University of New Hampshire, Durham, Carolina do Norte

STRAUS, M.A. *et al.* **Physical and sexual assault on dating partners by university students in nine countries**. Toledo, Spain. 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Volume I - Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Volume II - A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005. 216 p.

UOL NOTÍCIAS. **UOL lança o TAB, novo projeto editorial interativo**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2014/10/13/uol-lanca-o-tab-novo-projeto-editorial-interativo.htm>> Acessado em 09 de junho de 2017.

USAOLA, C.P.; GIRONÉS, M.L.; ZARCO, D.O.; NAFS, A.E.; VEGA, B.R.; LIRIA, A.F. 2006. **Autoinculpación en mujeres que sufren maltrato por parte de su pareja: Factores implicados**. Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría, 2006

VENTURA, Mauro de Souza; ITO, Liliane de Lucena. *Inovação no jornalismo brasileiro: o caso das reportagens multimídia TAB, do Uol*. **Comunicação & Inovação**, Ppgcom/uscs, São Caetano do Sul, v. 17, n. 35, p.121-134, set. 2016.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? : uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre, Sulina, 2003

ZALUAR, A. M. Violência e Crime. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999, v. 1